

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSO* EM CIÊNCIAS
SOCIAIS**

**REPRESENTAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO: O
LUGAR DO SINE NO IMAGINÁRIO DOS
DESEMPREGADOS DE SANTA MARIA-RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ana Paula de Lima Rodrigues

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**REPRESENTAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO: O
LUGAR DO SINE NO IMAGINÁRIO DOS DESEMPREGADOS
DE SANTA MARIA-RS**

por

Ana Paula de Lima Rodrigues

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **mestre em Ciências Sociais.**

Orientador: Prof. João Vicente R. B. da Costa Lima

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação

**REPRESENTAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO: O LUGAR
DO SINE NO IMAGINÁRIO DOS DESEMPREGADOS DE
SANTA MARIA-RS**

elaborada por
Ana Paula de Lima Rodrigues

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais

COMISSÃO EXAMINADORA:

João Vicente R. B. da Costa Lima, Dr.
(Presidente/Orientador)

Francis Moraes de Almeida, Dr.

(Examinador)

Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira, Dr.

(Examinador)

Santa Maria, 09 de julho de 2010.

***Àqueles que torceram. Àqueles que desejaram sorte e
que pediram paciência & tenacidade. À todos dedico
este trabalho e agradeço pela confiança.***

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família (Iglae, Renan e Márcio) pela confiança depositada, pelo carinho e zelo sem os quais, seguramente, não conquistaria esta etapa que, muitas vezes, pareceu tão longa e difícil.

Um agradecimento especial à amiga, Eliziane Silva, presente em todas as horas, nos momentos bons e ruins, pela ajuda, pela paciência e pela amizade verdadeira. Às amigas, Dalcimara Martins e Isabel Padoin, que em razão da distância ou excesso de compromissos estiveram mais afastadas, mas, certamente, também torceram pela efetivação deste trabalho.

Ao professor Clóvis Schmitt por estar sempre disposto a ajudar, dar opiniões, emprestar livros e à professora Mari Cleise Sandalowski, sempre solícita, empenhada, dedicada.

À Nilson Amaury Siqueira, diretor do núcleo de informática do CCSH, do qual fui bolsista durante oito meses e pelo qual tenho grande estima e respeito.

À professora Dr^a. Selva López Chirico, primeira orientadora do trabalho, pelo auxílio intelectual e pela amizade, que mesmo longe, seguramente, torceu pelo êxito deste trabalho que, afinal, começamos e imaginamos juntas.

Ao presente orientador, professor Dr. João Vicente, por assumir uma dissertação já em andamento, apesar do excesso de compromissos. Acredite, essa atitude é de poucos e demonstra não somente qualidades intelectuais, já reconhecidas, mas, sobretudo, pessoais.

À prof^a.dr.^a Cinara Rosenfield, professora da UFRGS, e Prof. Dr. Holgonsi Soares, da UFSM, pelos profícuos comentários e questionamentos na qualificação de minha dissertação.

À secretaria Jane, pela paciência e eficiência em dirimir todas as dúvidas.

Ao delegado regional da Secretaria da Justiça e Desenvolvimento Social, Leandro Carvalho Sanson, ao coordenador da Agência Sine de Santa Maria, Carlos Dal Moro, pela cordialidade e, sobretudo, aos entrevistados que dedicaram momentos de seu tempo tão valioso para participar e contribuir para a minha pesquisa.

Aos colegas da graduação, Vinícius Bevilaqua, Valesca Ames e Tássia Walau que ajudaram na coleta dos dados.

Aos colegas do mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM.

RESUMO

Dissertação de mestrado
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria

REPRESENTAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO: O LUGAR DO SINE NO IMAGINÁRIO DOS DESEMPREGADOS DE SANTA MARIA-RS

AUTOR: ANA PAULA DE LIMA RODRIGUES

ORIENTADOR: JOÃO VICENTE RIBEIRO BARROSO DA COSTA LIMA

Data e local da defesa: Santa Maria, 09 de Julho de 2010.

A presente dissertação de mestrado tem como finalidade identificar as representações sociais construídas acerca da instituição SINE em Santa Maria utilizando como principal fonte interpretativa os relatos dos atores sociais que circulam neste local à procura de trabalho. Aspira-se, fundamentalmente, entender como o imaginário social apropria-se desta instituição enquanto um dos principais interlocutores com o mundo do trabalho em Santa Maria e enquanto agência que administra e executa ações de inserção no mercado. Com isso, o estudo procura aprender a forma como os atores vivem essa relação e o sentido que atribuem as suas ações tendo como referência as políticas e práticas institucionais espelhadas pelo SINE. Pretende-se recuperar os universos de significados dos indivíduos excluídos do mercado de trabalho formal sobre o mundo do trabalho e da relação que se verifica com suas biografias e suas inserções mais diversas nos contextos sociais em que estão inseridos. Deste universo de significados capturado depreende-se que os indivíduos estabelecem planos de ação no cotidiano relativamente ao mundo do trabalho e de suas inserções nele. Enfatiza-se que esta primeira leitura dos indivíduos sobre o mundo do trabalho e do lugar e função do SINE nessa conjuntura é importante porque se trata de um diagnóstico não somente do mundo estrito do trabalho, como do mundo da política e da estrutura de status e de classes em que estão inseridos. Os conteúdos interligam-se: motivos básicos, como os da sobrevivência econômica, com visões sobre o funcionamento do mundo político. A própria instituição SINE constitui-se em uma entidade que conserva na sua natureza e rotinas estas duas dimensões, a de ser um organismo de gestão de mão de obra (econômico), ao tempo em que mantém profunda conexão com o mundo da política. As conclusões do estudo emanam da análise qualitativa das entrevistas semi-estruturadas aplicadas no mês de novembro de 2009.

Palavras-chave: Trabalho; representações sociais; SINE; práticas institucionais

RESUMO

Dissertação de mestrado
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria

TYPES OF WORK OF THE WORLD: THE PLACE OF THE SINE OF THE UNEMPLOYED IN IMAGINARY OF SANTA MARIA, RS

AUTHOR: ANA PAULA DE LIMA RODRIGUES

ADVISOR: JOÃO VICENTE RIBEIRO BARROSO DA COSTA LIMA

Date and place of the defense: Santa Maria, July 09th, 2010.

The aim of this master's dissertation is to identify the social representations constructed around the institution *SINE* in Santa Maria, having as the main source reports from social actors who frequent this place in search for jobs. It basically intends to understand how the social imaginary takes this institution as one of the main interlocutors with labor world in Santa Maria and as an agency that manages and performs actions of market insertion. Then, this study aims to learn how actors experience this relationship and the meaning they attribute to their actions, having as reference political and institutional practices mirrored by *SINE*. It intends to rescue the several meanings that people excluded from formal market place have about labor world and the relation with their biographies and their different insertions in the social contexts they are. From this universe of meanings it infers that people establish action plans in their daily routine in relation to labor world and their insertions in it. It highlights that this first view of people about labor world and the place and role of *SINE* in this context is important because it is a diagnosis not only of the restrict labor world but also of the political world as well as of the status and classes structures in which they are inserted. The contents are linked: basic reasons, such as economic survival with visions about the functioning of the political world. *SINE* itself constitutes an entity which conserves in its nature and routine these two dimensions to be an organism of (economical) labor managing while it maintains deep connections to the world of politics. The conclusions of the study come from qualitative analysis of semi-structured interviews applied in November, 2009.

Keywords: work; social representations; *SINE*; institutional practices

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. – Comparativo 1991-2000, nível de escolaridade em Santa Maria e Rio Grande do Sul (Fonte: IBGE, 2000)	49
Quadro 2. – Diferenças de remuneração entre homens e mulheres e nível de instrução, Santa Maria, 2000 (IBGE, 2000).....	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. TRABALHO E SOCIEDADE: construção do problema de pesquisa.....	20
2. AS AÇÕES E POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR DESEMPREGADO NO BRASIL: O LUGAR DA INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	33
3. TRAJETÓRIAS DE (RE) INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO EM SANTA MARIA.....	45
3.1. A escolha pela abordagem qualitativa	45
3.2. Narrativas sobre o trabalho: contradições, tensões e conflitos na produção de significados.....	48
3.3. Que mudanças objetivas podem ser atribuídas ao SINE nas trajetórias dos desempregados?.....	69
3.4. Representações sobre o SINE: a instituição sob o “olhar” do trabalhador desempregado.....	74
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83
6.ANEXOS.....	88
6.1 Anexo A. Termo de consentimento informado (SINE)	89
6.2 Anexo B. Roteiro de entrevista.....	90
6.3 Anexo C. Descrição dos entrevistados	92
6.4 Anexo D. quadro 3. Sinopse: características sócio-ocupacionais dos entrevistados e ocupações adquiridas via SINE.....	94
6.5 Anexo E. Termo de Consentimento Informado (Desempregados)	95
6.6 Anexo F. Decreto-lei nº. 76.403 de 08/10/1975 de criação do SINE – Sistema Nacional de Emprego	96
6.7 Anexo G. DECRETO Nº. 34.322, DE 12 DE MAIO DE 1992. Estatuto da Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social. Disponível no endereço eletrônico: http://www.fgtas.rs.gov.br/portal/index.php?menu=biblioteca_viz&cod_biblioteca=15	98

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo a realização de um estudo sociológico sobre o SINE (Sistema nacional de emprego) de Santa Maria-RS, entendido como uma “agência gestora de ações de inserção no mundo do trabalho”, tendo por base os relatos dos usuários desse sistema de alocação de mão-de-obra. Dessa maneira, o estudo versa sobre um duplo aspecto: entender se houveram mudanças nas trajetórias ocupacionais dos sujeitos em razão da sua passagem pelo SINE e de que forma os próprios sujeitos constroem, a partir de seus relatos, a significação dessa instituição.

Com isso, busca-se compreender se esses sujeitos definem ou atribuem sua inserção no mundo do trabalho à relação estabelecida com o SINE e às ações promovidas por essa instituição. Para dar conta desses objetivos, optou-se pela realização de um levantamento qualitativo com os trabalhadores desempregados (em desemprego aberto ou oculto, segundo classificação da Fundação Seade e DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos), o qual se realizou durante o mês de novembro de 2009.

A pesquisa foi realizada no SINE-FGTAS de Santa Maria-RS. Nesse local, concentra-se um conjunto de serviços como a intermediação de mão-de-obra, a concessão do seguro-desemprego, a confecção da carteira de trabalho e a oferta de cursos de qualificação profissional. É um local bastante procurado pelos trabalhadores do município e região, salientando que o serviço de intermediação de mão-de-obra é o que mais se destaca.

Conforme Cacciamali *et alli* (1998), o SINE faz parte de um programa criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, na década de 1970, o qual se utiliza de recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT¹. Disponibiliza variados serviços de assistência ao trabalhador desempregado ou no subemprego.

¹ O Fundo de amparo trabalhador é o fundo que se destina ao custeio do programa do seguro-desemprego, do abono salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico. Ele foi instituído pela lei nº. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, juntamente, com a criação de um conselho tripartite, responsável, entre outras coisas, pela administração desse fundo e pela avaliação do impacto social dos programas financiados por ele. Vale salientar que as ações do programa do

É importante destacar que, na visão da autora, esse programa surgiu em um momento em que o objetivo do governo federal consistia em mobilizar mão-de-obra a fim de dar continuidade ao processo de industrialização. Diferente do que ocorre, hoje, quando o desemprego atinge também o setor industrial.

No passado recente, a execução dos serviços de intermediação de mão-de-obra sofreu um processo de descentralização conferindo aos Estados e municípios autonomia para administrar os postos de atendimento dos SINE's. Para Cardoso *et alli* (2006), esse processo de descentralização e focalização das políticas sociais no campo do trabalho representa, por um lado, uma retração do papel do Estado e da sua responsabilidade pelo enfrentamento dos problemas sociais e, por outro, uma necessidade devido à natureza do desemprego que, no decurso da década de 1980, atingia grupos específicos da força de trabalho, como as mulheres, os negros e os jovens sem experiência profissional.

A maioria das análises sobre as políticas de emprego dirige-se a compreensão dos objetivos que fundamentam a sua atuação, assim como sobre os impactos que causam no público-alvo para qual se destinam. O SINE, por exemplo, é tratado em grande parte da literatura como peça integrante da política de emprego que incide sobre a oferta e a demanda de mão-de-obra.

Em virtude dos problemas com o financiamento de novas ações ou políticas voltadas a reincorporação do trabalhador desempregado, a atuação do sistema de intermediação de mão-de-obra custeado por recursos públicos teve limitado seu escopo a intermediação passiva².

Além disso, as muitas definições, inclusive, a do próprio Ministério do Trabalho, salientam a relevância de ações voltadas ao trabalhador e aumento da sua capacidade para ocupar posições favoráveis no mercado de trabalho, seja

seguro-desemprego são executadas de forma descentralizada através do Sistema Nacional de Emprego, entidades que são contratadas pelos estados, municípios e consórcios de municípios, além de outras entidades que são conveniadas diretamente com o Ministério do Trabalho e que contam, ainda, com a participação das Comissões de Emprego locais. A proposta desse arranjo institucional criado em torno do Fundo de Amparo ao Trabalhador consiste, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, em garantir a formulação e execução de políticas de emprego e renda de forma descentralizada e participativa. De acordo com tal premissa, é possível aproximar o executor das ações e o cidadão que delas se beneficia. Informações disponibilizadas no endereço eletrônico: <http://www.mte.gov.br/fat/historico.asp>

² O termo “passivo” não está ligado a nenhum juízo de valor acerca das ações do SINE, somente, procura classificar um tipo de intermediação no qual as empresas demandantes da força de trabalho contatam o sistema quando necessitam contratar funcionários, e não o contrário, ou seja, o SINE, raramente, faz esse primeiro contato. Pochmann (2002) propõe essa expressão para qualificar os sistemas de intermediação que atuam dessa forma.

através do aumento do salário ou melhoria das condições laborais. Esse tem sido o discurso hegemônico que perpassa a formulação e planejamento das políticas no campo do trabalho, incentivando a busca periódica por qualificação.

Todavia, a presença de trabalhadores com perfil de baixa qualificação – como a falta de escolaridade, o histórico percorrido na informalidade, a ocupação de postos de trabalho desqualificados – acaba contribuindo para a “estigmatização” dos postos de atendimento do SINE e a captação de vagas também desqualificadas.

O estudo dos mecanismos de intermediação de mão-de-obra parte de uma discussão prévia concernente ao movimento de saída do desemprego³. Portanto, desejo apontar que este tema traz uma série de pesquisas que remontam à realidade de grandes metrópoles como São Paulo, onde a preocupação colocava-se em elucidar a estrutura dessa densa rede de atores envolvidos no mercado de intermediação.

Dessa forma, tomo como base teórica os vários estudos desenvolvidos por Nadya Araújo Guimarães (2007), em São Paulo, para definir e construir a especificidade do meu objeto de pesquisa, sedimentado em uma outra realidade histórico-espacial, Santa Maria-RS, procurando avançar na análise uma vez que estende a investigação para além da situação estrita da procura por trabalho para incorporar outras dimensões do fenômeno tais como: o êxito do trabalhador na inserção ou (re) inserção em atividades produtivas, a importância atribuída a esses empregos na narrativa dos entrevistados e a relação do trabalhador com as práticas desencadeadas no/ou pelo SINE.

Em decorrência, procura-se investigar as significações que surgem sobre a referida instituição, bem como as experiências concretas de trabalho relacionadas direta ou indiretamente à procura de emprego por meio dessa via. O SINE constitui uma entidade primordial de acesso ao emprego para a maioria da mão-de-obra do município e região, gerindo o processo de intermediação e/ou disponibilizando o espaço físico ou divulgando outras ações de assistência ao trabalhador desempregado.

A fim de sustentar teoricamente a importância da temática valho-me da discussão levantada por Offe (1989), que estabelece uma crítica a respeito da

³ Tal movimento é caracterizado pela presença de mecanismos que podem ser classificados como públicos ou privados. Porém, existem também outros mecanismos que atuam fora do mercado, menos formais, que têm sua substância contida nas redes sociais (Nadya Araújo Guimarães, 2007).

sociedade do trabalho, entendida como uma associação humana que vive do e para o trabalho, onde vê essa moralidade desvanecer paulatinamente.

De acordo com o autor, o trabalho deixou de assumir a posição de centralidade que ora ocupava na vida das pessoas e, por esta razão, não pode ser considerado como referência para essas na organização de suas biografias. Nessa perspectiva, o trabalho que serviu como um referencial em suas vidas, organizando seu tempo, sua visão de mundo, sua sociabilidade perde todo seu significado social; não as aproxima e nem as afasta, tornando-se, simplesmente, uma forma de subsistência.

Pretende-se, assim, recuperar os universos de significados dos indivíduos excluídos do mercado de trabalho formal sobre o mundo do trabalho e da relação que se verifica com suas biografias e suas inserções mais diversas nos contextos sociais em que estão inseridos. Desse universo de significados capturado depreende-se que os indivíduos estabelecem planos de ação no cotidiano relativamente ao mundo do trabalho e de suas inserções nele. Enfatiza-se que essa primeira leitura dos indivíduos sobre o mundo do trabalho e do lugar e função do SINE nessa conjuntura é importante porque se trata de uma visão não somente do mundo estrito do trabalho, como do mundo da política e da estrutura de status e de classes em que estão inseridos. Os conteúdos interligam-se: motivos básicos, como os da sobrevivência econômica, com visões sobre o funcionamento do mundo político. A própria instituição SINE constitui-se em uma entidade que conserva na sua natureza e rotinas essas duas dimensões, a de ser um organismo de gestão de mão-de-obra (econômico), ao tempo em que mantém profunda conexão com o mundo da política.

Assim, tomando como base as discussões precedentes, a presente dissertação objetiva realizar uma análise das trajetórias dos desempregados visando entender a diversidade de suas experiências de trabalho e sua relação com o SINE. Com isso, o estudo procura aprender a forma como os atores vivem essa relação e o sentido que atribuem as suas ações tendo por base as políticas e práticas institucionais espelhadas pelo SINE.

Quando falo em trajetória, procuro tratar de um percurso que o grupo constrói e reconstrói resgatando fatos e experiências que ele considera importante para identificar-se e pensar a si próprio. Essa noção de trajetória subjetiva permite, do ponto de vista do agente ou do grupo social, identificar como esses se inserem no

espaço social, que recursos utilizam e as expectativas daí decorrentes e, importante, como interpretam sua inserção e práticas no mundo do trabalho. É por meio dessa narrativa que se faz possível encontrar as singularidades que caracterizam as experiências dos sujeitos, mas, ao mesmo tempo, elementos relativos ao meio em que estão inseridos.

De acordo com Bourdieu (2007), os sujeitos estão a todo o momento sofrendo as pressões exercidas pela estrutura social, que acabam os sujeitando as mesmas condições objetivas. Tal discussão envolvendo a relação entre indivíduo e sociedade persiste nas teorias sociológicas, embora, novos dados tenham surgido demonstrando que os indivíduos criam no seu cotidiano novas estratégias nas interações com o contexto em que vivem.

De sorte que a discussão estabelecida ajudou a compor as questões de pesquisa, bem como as hipóteses basilares do estudo, que procura entender a diversidade dos discursos e apropriações sobre o SINE. Supunha-se que tal como nas interações cotidianas as experiências com o trabalho e, conjuntamente, as significações sobre todas as relações correlatas estabelecidas nesse universo social, político e econômico encontrar-se-iam assentadas sobre falas e práticas diversas, contraditórias e conflituosas.

Igualmente, ao questionar-se sobre a efetividade e natureza da relação entre os trabalhadores e o SINE acreditou-se tratar de uma instituição desgastada “simbolicamente” que fora perdendo, paulatinamente, seu apelo junto à população para tornar-se exclusividade daquele desempregado que não possui alternativa.

Arelado ao objetivo central, o estudo, ainda, procura descrever quem são os trabalhadores de que fala a pesquisa, que tipo de passagem tiveram pelo mercado de trabalho, de que forma descrevem essa passagem. Apesar de na grande maioria das cidades brasileiras o setor informal manter sua relevância como um dos principais criadores de postos de trabalho, partiu-se da hipótese de que o grupo apresentaria diferenciações quanto ao tipo de desemprego e sua duração, quanto à trajetória sócio-ocupacional e às percepções.

Vale ponderar que o conceito de informalidade passou por uma revisão devido aos resultados de estudos sociológicos e econômicos. O conceito de informalidade ora associado ao empobrecimento e marginalidade dos trabalhadores pode constituir uma opção de vida e ocupar o ápice no conjunto de alternativas do indivíduo.

Portanto, ao partir para a análise da realidade social é mister desprender-se de pressupostos como esses, de que a informalidade pode ser vista apenas sob o prisma da exclusão social. A esse respeito, o estudo de Rivero (2000) demonstra que o perfil ocupacional desse setor tem mudado tanto em relação à renda quanto às condições de trabalho. As vertentes que analisam o fenômeno da informalidade utilizam-se de duas perspectivas: uma de base econômica que entende a informalidade apenas do ponto de vista da sobrevivência dos mais pobres e outra que compreende a procura pelo setor informal como uma alternativa consciente dos atores, como uma opção decorrente de vantagens, como uma renda maior, como a possibilidade de gerenciar seu próprio tempo, de se dedicar também a outras atividades e projetos de vida, pode-se dizer um “desprendimento” da racionalidade do trabalho.

Nessa perspectiva, uma das preocupações que perpassou a dissertação foi perceber a diversidade de percepções associadas à informalidade sem categorizar, previamente, os informantes como “excluídos” ou “marginalizados” procurando compreender como os pesquisados construíam tal racionalidade.

Para atender tais objetivos, optou-se por um levantamento qualitativo, baseado em entrevistas semi-estruturadas com os desempregados que procuram o SINE. As entrevistas foram gravadas e no trabalho foram usados nomes fictícios para manter em sigilo a identidade dos entrevistados.

A fundamentação teórica do trabalho parte das contribuições dos estudos realizados sobre os mecanismos de intermediação de mão-de-obra e uma discussão mais ampla a respeito da centralidade do trabalho, tendo como referência os estudos de Offe (1989), Sennett (2006) e Castel (2004).

Ao imergir na literatura sobre o tema do desemprego e do mercado de trabalho percebeu-se que os espaços destinados à assistência ao trabalhador desempregado são extremamente ricos, tanto do ponto de vista estrutural quanto simbólico.

Todavia, são poucos os trabalhos acadêmicos que procuraram analisar esses espaços bem como o público que participa, interage e se beneficia das ações desencadeadas por eles. Os trabalhos encontrados datam dos anos de 1970 e 1980, auge dos mecanismos de intermediação custeados por recursos públicos. Na década atual, ocorre uma sistematização dos estudos sobre os intermediadores privados, os quais possuem uma estrutura distinta e um público com demandas e

perfis também diversos. Esses trabalhos foram muito importantes na medida em que problematizaram não somente a estrutura organizacional dos espaços de intermediação de mão-de-obra, mas, sobretudo os atores e as relações sociais aí construídas.

Entretanto, constatou-se uma ausência de trabalhos que tratassem da realidade das pessoas após a passagem por essas instituições de intermediação de mão-de-obra. Por conta disso, a dissertação privilegia o universo representacional dos atores imersos na procura por emprego antes e após o acionamento da instituição do SINE – Sistema Nacional de Emprego de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Para tanto, utilizo o *conceito de representação social* na tentativa em entender como se posicionam os trabalhadores em relação ao tipo de inserção no mercado de trabalho e como se insere o SINE nessa procura.

Entende-se por representações sociais o conjunto de significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores que se manifestam nas relações cotidianas (MOSCOVICI, 2003). Essas significações presentes no imaginário social são de extrema relevância para orientar a ação dos sujeitos na sociedade, pois através delas o sujeito interpreta e explica o que acontece no meio social no qual está inserido.

Como instrumento de coleta de dados, o estudo utiliza a entrevista semi-estruturada, composta por um roteiro de perguntas pré-estabelecidas, mas que no transcorrer da situação de entrevista sofreram adaptações. Segundo Goldenberg (2007), essa técnica possibilita o enriquecimento do trabalho científico, haja vista que amplia a descrição, a explicação e a compreensão do objeto problematizado.

Na presente dissertação, as entrevistas foram realizadas com pessoas desempregadas, de diferentes idades, entre 16 e 65 anos, 13 homens e 12 mulheres. Foram realizadas 25 entrevistas obedecendo ao critério de saturação⁴. Optou-se por dividir o roteiro em blocos distintos abarcando questões relacionadas às características sociais da população estudada, questionamentos sobre o grupo familiar, essenciais porque essa instituição constitui um espaço fundamental de constituição social do indivíduo e de apoio material.

⁴ A saturação consiste em um critério para a finalização da pesquisa qualitativa. Nesse sentido, diz-se que um “corpus” de informações encontra-se saturado quando o acréscimo de mais estratos não traz novas informações ou dados (POUPART *et alli*, 2008).

Além disso, foram propostas questões sobre as condições de trabalho dos atores, buscando identificar sinais de precariedade, exclusão e fragmentação dos vínculos sociais com o trabalho e a importância do trabalho assalariado na vida desses sujeitos. O quarto bloco, por sua vez, procurou investigar a relação dos desempregados com o SINE procurando responder a pergunta central do estudo.

Na abordagem explicaram-se os objetivos da pesquisa e perguntou-se sobre o interesse em contribuir para o estudo. Na maioria dos casos, as pessoas mostraram-se solícitas, demonstrando interesse ou, ao menos, curiosidade pela pesquisa, aderindo voluntariamente, a partir da assinatura de um termo de consentimento informado (Ver em anexo).

Para Brandão (1984), o primeiro contato com o entrevistado constitui um momento delicado, pois depende da criação de uma situação de “empatia” favorável ao diálogo entre investigador e investigado. Por se tratar de um espaço que envolve um constante fluxo de pessoas, a negociação entre investigador e investigado tornou-se, ainda mais, delicada, apesar de não prejudicar a obtenção dos dados, exceto em alguns casos em que a impaciência dos entrevistados gerou relatos muito breves, não dando espaço para maiores questionamentos.

Além disso, é necessário comentar sobre a importância de selecionar os dados de forma objetiva e precisa. A esse respeito, Fernandes (1980) assinala que:

Quando o sociólogo observa uma situação social dada, ou quando a interpreta: ele pratica uma seleção inapelável nos dados de fato, que chegam a sua consciência pela percepção sensorial. Ele não se interessa por tudo que se desenrola diante de si, pela simples razão de que não é sua missão gravar todos os fatos brutos que se passam em derredor. Na verdade, alcança uma performance notável quando consegue registrar todos os fatos que são essenciais na descrição sociológica dos fenômenos que observa (FERNANDES, 1980, p.49).

Nessa perspectiva, a abordagem sociológica depende de um método que possa situar os fatos, os quais variam em importância, significado e pertinência em razão do recorte adotado na pesquisa. Assim, Weber (1992) elucida que a sociologia deve estar preocupada com a compreensão de fatos que são construídos, dado que partem de certa visão da realidade apreendida pelo cientista interessado em encontrar respostas para problemas sociais, através da “invenção” de um objeto sociológico analisado por meio de conceitos, categorias e uma teoria social base.

Logo, a pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, o qual consiste no tipo de abordagem metodológica onde se procura coletar e examinar o máximo de dados possíveis sobre o tema, buscando estabelecer relações entre as experiências individuais e o contexto mais amplo, com o objetivo de descrever e explicar uma determinada situação social (BABBIE, 2005).

Para tanto, a estrutura da dissertação é formada por três capítulos. O primeiro deles trata da construção do problema de pesquisa acionando autores tomados como referência tanto na discussão teórico-metodológica quanto na fase de interpretação dos dados e definindo o que constitui o objeto central da dissertação, qual seja o estudo das representações sociais que justificam certas formas de conduta e de comportamento entre os desempregados que utilizam o serviço de intermediação de mão-de-obra prestado pelo SINE. O segundo capítulo estabelece uma discussão sobre as ações e políticas de assistência ao trabalhador desempregado e o lugar do SINE e sua política de intermediação de mão-de-obra, no Brasil – a partir da literatura existente sobre o tema. O último capítulo destina-se a apresentação dos dados oriundos da análise das entrevistas, buscando, quando possível e pertinente, retomar hipóteses, objetivos e propor conclusões.

CAPÍTULO 1

TRABALHO E SOCIEDADE: CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Os estudos sociológicos valendo-se da contribuição de áreas como a antropologia e a economia procuram, hoje, apreender a diversidade de experiências concretas com o trabalho, entendido enquanto atividade social e econômica, principalmente, a partir do momento em que se passou a questionar a importância do trabalho nas esferas moral, social, econômica e política de reprodução societária.

De acordo com Nadya Araújo Guimarães (2007), o desenvolvimento desses estudos, no Brasil, remonta a década de 1970 e 1980, onde, em um primeiro momento, a preocupação central se dirigia ao movimento de saída do emprego e, posteriormente, a experiência com o desemprego.

Nesse contexto, os teóricos interessaram-se em identificar quais grupos da força de trabalho foram mais atingidos pela perda da ocupação formal, destacando-se, fundamentalmente, os estudos sobre desigualdade e análises referentes à trajetória dos desempregados e suas representações a respeito da experiência social causada pelo desemprego.

Para a autora supracitada, foram os processos de reestruturação econômica os responsáveis por gerar importantes mudanças no mercado de trabalho, como o aumento do volume e da duração do desemprego, das modalidades de ocupação e do tipo de relação de trabalho.

Após os estudos sobre o desemprego, seguiram-se outros sobre os mecanismos de intermediação de empregos. A construção teórica desse objeto de pesquisa, segundo a autora, originou-se da tentativa em compreender as formas e experiências associadas ao desemprego.

Ao contrário dos estudos anteriores, interessados em entender esse movimento que vai do trabalho ao desemprego, os estudos sobre os

intermediadores de empregos visam compreender de que forma os sujeitos saem do desemprego, como eles fazem para conseguir uma ocupação.

Portanto, na sua visão, o que caracteriza o mercado de trabalho contemporâneo é a existência da figura do “intermediador”, de origem pública ou privada, que estabelece essa troca entre trabalho e capital. Considerar a sua presença e também a de mecanismos que operam fora do mercado é condição fundamental para entender o funcionamento dos mercados de trabalho.

A pesquisa da autora baseou-se na análise dos intermediadores privados, onde procurou apreender a complexidade dos agentes e das condutas que envolvem a situação de procura avaliando, principalmente, como se deu a construção social e simbólica do demandante de emprego e as novas ocupações e relações de trabalho que surgiram em um contexto de precariedade.

Nadya Araújo Guimarães (2007) trouxe uma importante contribuição, tanto teórica quanto metodológica, de abordagem desse fenômeno tão caro em épocas atuais. Ela compreende que o fenômeno da procura de trabalho apresenta um complemento ao tema do desemprego, pois estar desempregado implica o reconhecimento de um determinado estatuto social de demandante de trabalho, isto é, de um indivíduo ou grupo que estabelece relações para sair dessa condição.

Conseqüentemente, o estudo dos espaços de intermediação, privados e públicos, procuraram caracterizar esse demandante visto não apenas como um desempregado, mas também como um ator social envolvido em um ambiente dinâmico de negociações.

Ao realizar o survey “*Mobilidade Ocupacional*”⁵, em São Paulo, Guimarães (2003) evidenciou que dois mecanismos de procura por ocupação se destacaram, por um lado, as redes de contatos pessoais e, por outro, a procura direta junto às empresas. Dessa maneira, constatou que as redes sociais vêm ocupando um papel cada vez maior no mercado de trabalho, seja provendo a assistência ao trabalhador desempregado, seja facilitando seu acesso a uma ocupação.

As agências de intermediação privadas também se destacaram como um mecanismo relevante entre as escolhas dos indivíduos. A particularidade do contexto histórico da década de 1970 e 1980, onde o governo esforçava-se em criar e organizar um sistema público de intermediação de empregos, chamou a atenção

⁵Realizado em 2001, na região metropolitana de São Paulo, na forma de um questionário suplementar a PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego (GUIMARÃES, 2003).

de Guimarães (2003) em compreender as motivações de quem recorria ao sistema privado de intermediação, bem como as características deste demandante.

De acordo com a autora, havia nesse período uma literatura internacional preocupada em entender o papel dos intermediários na (re) inserção ocupacional, seja nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina. Neste conjunto de países, os intermediadores surgiram em um momento de importantes mudanças no mercado de trabalho, relacionadas à necessidade de se eliminar postos de trabalho e também a busca pelos trabalhadores de novas ocupações diante da ausência de vagas.

No Brasil, os mecanismos de intermediação tiveram bom desempenho, na década de 1970, porque contavam com um contexto favorável a criação de empregos. Porém, logo o sistema precisou adaptar-se a nova realidade adversa à expansão de postos de trabalho.

Durante as décadas de 1980 e 1990, com a criação do seguro-desemprego e a instituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador mudaram as formas de financiamento e também as atividades de planejamento, de decisão e de execução das políticas de emprego. A ação do governo, a partir daí, concentrou-se em reduzir o desemprego de curta duração (CARDOSO *et alli*, 2006).

Outro estudo realizado por Guimarães (2007), também em São Paulo, auxiliou na compreensão das características dos mercados de intermediação de mão-de-obra e de seus usuários. Por meio de um estudo quantitativo, comprovou que o mecanismo de intermediação financiado por recursos públicos não foi apontado como a principal alternativa do demandante de emprego, naquela cidade. Segundo o survey “*À procura de trabalho*”, realizado em 2005, a grande maioria dos desempregados recorreu aos intermediadores privados.

As características desses demandantes apresentaram-se também diferenciadas daquelas dos desempregados cadastrados em agências financiadas por recursos públicos. Nas agências privadas, destacou-se a presença de um público mais jovem e mais escolarizado, que devido à transição tardia para a vida adulta viam-se assistidos pela família durante o tempo de desemprego. A partir deste levantamento, percebeu-se, igualmente, que, ao contrário dos pais, os desempregados apresentavam uma maior qualificação, investindo também em cursos profissionalizantes.

Em contrapartida, nos locais destinados a intermediação custeada por recursos públicos a família não tinha condições de auxiliar o desempregado, uma vez que se encontrara ela própria em situação de desemprego ou subemprego.

Na presente dissertação, o problema de pesquisa posto é identificar até que ponto o SINE cria e contribui para a construção de sentidos de identidade entre os desempregados. Procura-se, então, interrogar se existem uma identidade e experiências de mundo partilhadas entre os atores sociais submetidos às relações que aí se estabelecem.

Para tanto, o estudo apropria-se do conceito de representação social de Moscovici (2003). Nas ciências sociais, a utilização desse conceito tem como objetivo estabelecer uma relação entre idéia e realidade, partindo do pressuposto de que, ao mesmo tempo em que os grupos pensam a si mesmos e aos outros, eles também orientam o seu agir social.

As representações sociais constituem uma forma de produção de conhecimento que é partilhado pelos indivíduos nas suas interações cotidianas e são expressas por meio de condutas e formas de comportamento. Essas formas de pensar e interpretar a realidade são difíceis de compreender devido sua natureza subjetiva.

Em vista disso, Bourdieu (2007) assinala que é preciso compreender que as práticas e as representações sociais se dão em um contexto sócio-histórico determinado, mas nem sempre possuem uma explícita correspondência com a realidade objetiva desse contexto. O fato é que por meio das representações, que podem traduzir ou não a realidade, os indivíduos e coletividades se movem pelo tecido social.

A estrutura social do mercado de trabalho, por exemplo, é caracterizada pela complexidade de agentes e de condutas sociais. É constituída por relações de troca entre trabalho e desempenho, que colocam em contato ofertantes e demandantes de trabalho (OFFE, 1989).

Para Offe & Hinrich (1989), a característica predominante desse mercado é a desigualdade de poder existente entre a oferta e a demanda. Essa desigualdade manifesta-se devido à urgência dos indivíduos em conseguir um trabalho e é acentuada no próprio grupo de trabalhadores visto que o capital econômico, social e cultural que carregam e herdam constitui um fator importante que pode viabilizar ou não sua entrada no mercado de trabalho.

Nesse sentido, as intervenções provenientes da esfera política são adotadas para equilibrar essa contenda. O caso dos mecanismos de intermediação de mão-de-obra como parte constituinte de um sistema público de emprego, trabalho e renda é oportuno para demonstrar que existe não somente um objetivo econômico por trás do serviço de intermediação de mão-de-obra, mas um objetivo político que é diminuir os níveis de desemprego e impedir a proliferação de outros problemas sociais.

Deve-se destacar que as políticas de geração de emprego e renda, bem como as políticas de intermediação e capacitação da mão-de-obra refletem as opções governamentais frente ao problema social gerado pelo desemprego e, sobretudo, a importância simbólica que a questão ganha em meio ao coletivo.

A discussão sobre a eficácia desses mecanismos de intermediação de mão-de-obra somente ganharam importância entre as esferas do governo e da sociedade, a partir dos anos de 1990, em função do aumento da dificuldade de acesso ao emprego assalariado para vários grupos da sociedade. Antes, o mercado de trabalho já apresentava mudanças quanto ao nível e à estrutura do emprego, mas o modo como o governo encarava a questão não a colocava como um problema.

Somente quando se passou a dar crédito à natureza estrutural do desemprego é que se voltou os olhos para a necessidade de encontrar meios para criar mais postos de trabalho e facilitar o acesso ao emprego.

Por isso, é importante ressaltar que, a partir da década de 1970, os processos econômicos, políticos e tecnológicos que tiveram lugar nas economias avançadas e que assumiram características e conseqüências diversas nas economias do terceiro mundo motivaram o surgimento de fenômenos macro e microssociais de extrema relevância. Primeiramente, a reestruturação econômica, que buscou responder as limitações do modelo fordista, causou o enxugamento dos postos de trabalho, a externalização das atividades de serviços como forma de reduzir os custos de produção e provocou o aparecimento de desigualdades regionais devido à forma como eram distribuídas a oferta de trabalho, os recursos e os investimentos entre os países em virtude da Nova Divisão Internacional do Trabalho (CASTELLS, 1999).

As políticas econômicas neoliberais levaram a uma redefinição do papel interventor do Estado na área econômica e social, o que teve influência direta sobre o formato das políticas sociais no campo do trabalho. Dos anos 80 em diante, as políticas sociais no campo do trabalho passaram por um movimento de

descentralização, terceirização e focalização de suas ações, resultando, por exemplo, na delegação de responsabilidades para os estados, municípios e outras entidades da sociedade civil (CARDOSO *et alli*, 2006). O SINE também sofreu mudanças, como a grande maioria das políticas sociais nas diferentes áreas.

A justificativa para essa transformação baseou-se, principalmente, nas dificuldades financeiras e na necessidade em se fazer escolhas, adaptações. O mercado de trabalho, nesse período, também explicava a natureza dessas escolhas, haja vista que o desemprego atingia não só diferentes grupos, mas apresentava desigualdades entre as regiões.

Ressalta-se que a década de 1980, no Brasil, foi denominada de “década perdida” em razão da crise e da estagnação econômicas. As políticas públicas, em geral, e aquelas referentes ao mercado de trabalho, em particular, tinham um caráter *minimalista*, isto é, com o Estado falido, as ações ora denotavam fazer mais com o pouco, ora, definitivamente, transformaram a variável trabalho em um veículo de negociação política, diluída nos três níveis de representação — nacional, estadual e municipal.

No interior do processo produtivo; e em outros setores como os serviços, o processo em curso caracterizado pelo avanço tecnológico além de gerar uma maior independência em relação ao fator trabalho passou a exigir maior qualificação da força de trabalho, autonomia e interatividade, transformando-se em um elemento de distinção, segmentação e seleção de trabalhadores (CASTELLS, 1999). Paralelamente, no Brasil, apenas um pequeno círculo de grupos profissionais, de trabalhadores e de empresas estava organizado nos termos sofisticados demandados pela revolução tecnológica vivenciada nos último trinta anos. A grande maioria excluída, em razão das deficiências de um sistema educacional e de políticas públicas, em geral, excludentes, porque ineficientes, não podia e nem sabia sobre o novo mundo do trabalho em estruturação. Quanto ao mercado de trabalho real que lhe restava, a estagnação econômica criou a oportunidade de uma eficiente barganha conduzida pelo mercado (empresas) sobre uma multidão de desempregados sem maiores oportunidades e escolhas.

Em consequência desses processos, a experiência com o trabalho aparece, hoje, revestida de outras características. Para Sennett (2006), a precariedade das relações de trabalho é responsável pela crise identitária dos sujeitos, isto é, a mudança constante de emprego, os longos períodos de desemprego levaram a falta

de identificação com o trabalho, prejudicando também as relações de sociabilidade nesses espaços e fora deles.

Dessa maneira, tanto do ponto de vista objetivo quanto simbólico, reproduziram-se, para o autor, as trajetórias despadronizadas e precárias. O paralelo brasileiro é ambíguo porque, de um lado, aprofundou-se o pior do trabalho precário e do trabalhador vulnerável apostando um jogo no mundo do trabalho em que tinha poucas margens de manobra. De outra forma, o mundo do trabalho informal, no Brasil, apresentou e, ainda, apresenta situações ricas de criatividade e recuperação de identidades. Muitas vezes, o trabalho informal é sinônimo de renda maior que a do trabalho formal, a despeito da perda de status e reconhecimento. A vida prosseguiu e os indivíduos foram fazendo o melhor por si próprios, sustentados por redes de solidariedade que se pode incluir desde a família, passando pela comunidade e outras entidades associativas que cimentaram bases de cooperação significativas.

É importante salientar que a experiência social dos indivíduos com o trabalho, ou seja, a importância que esta atividade ocupa nas suas vidas tem sido interpretada de diferentes formas pela sociologia. Existe entre os autores posições antagônicas no que diz respeito à centralidade do trabalho na sociedade.

Para elucidar como o trabalho se tornou uma dimensão explicativa privilegiada para pensar a sociabilidade e as relações sociais, os teóricos ou aproximam-se das análises clássicas da sociologia que colocam o trabalho como fato principal da experiência social ou de abordagens mais contemporâneas que, simplesmente, não vêem o trabalho como uma dimensão importante para os sujeitos pensarem a si próprios e o mundo que os cerca. Conforme elucidada Offe (1989), a sociologia preocupou-se, ao longo do seu desenvolvimento teórico-metodológico, com a inter-relação entre as dimensões política, social, cultural e econômica atribuindo ao trabalho o ponto-chave de ligação entre tais dimensões.

Entretanto, a heterogeneidade das vivências e das experiências dos sujeitos inseridos nas relações de trabalho encontrava-se encoberta pelas lutas entre trabalho e capital. Neste período, digam-se séculos XIX e XX, a sociologia procurou compreender os mecanismos de estratificação e dominação social intrínsecos às relações entre os dois atores históricos.

Conseqüentemente, como ponto chave de entendimento da vida social, o trabalho, até meados do século XX, aparece ora como mecanismo de integração

social, ora como mecanismo de dominação e exploração social, justificando as condutas e modos de vida dos povos e estruturando a sociedade (CASTEL, 2004).

Durkheim (1987) teoriza sobre os “elementos não contratuais do contrato” ou do “econômico como socialmente constituído”, contraponto ao materialismo — que subordinava os fenômenos diversos da vida social e cultural às determinações econômicas de natureza conflituosa — uma teoria que concebia o consenso porque predominariam, eficientemente, os mecanismos de solidariedade. O mundo do trabalho é, portanto, para Durkheim, não parte estrita do mundo econômico, senão que parte constitutiva do social, considerando-se uma base moral subjacente. O trabalho aparece como mecanismo rico de construção da identidade, conferindo aos indivíduos um sentimento de pertencimento. Nessa medida, a partir das experiências do trabalho os sujeitos construíam representações sobre si mesmos e sobre os outros tecendo suas relações de sociabilidade.

Offe (1989), por outro lado, defende um enfoque centrado no mundo vivido postulando que o trabalho tornou-se menos importante tanto para os indivíduos quanto para a coletividade. Nessa medida, segundo o autor, esta atividade perdeu sua capacidade de determinar a estrutura e o desenvolvimento da sociedade mais ampla, levando a busca por novas identidades sociais e pessoais.

De acordo com Sennett (2006), os trabalhadores inseridos em relações informais pertencem a um segmento onde as conseqüências sociais geradas pela falta de emprego regular são mais danosas. O novo capitalismo, na sua ótica, continua sendo um sistema de poder, apesar de ilegível, difícil de entender e de reagir contra suas regras. A flexibilidade ao invés de permitir maior liberdade à ação dos indivíduos impõe novos controles, exige mais daqueles que querem manter as mesmas formas de vida, os mesmos compromissos.

Por isso, o autor enfatiza, principalmente, as influências das novas relações de trabalho sobre a experiência emocional das pessoas. A lealdade, o compromisso mútuo, a possibilidade de planejar, de criar expectativas “alcançáveis” a longo prazo é uma característica do capitalismo da segunda metade do século XX.

Distintamente, o capitalismo pós-1970 tem outras características, exige mais dos indivíduos para manter o que resta dos seus caracteres, isto é, traços pessoais que valorizam em si mesmos e buscam que as outras pessoas também os valorizem. A maior dificuldade consiste em acumular conquistas, perseguir ganhos ao longo do tempo, de natureza material ou de outra natureza.

Atualmente, essa experiência é difícil de concretizar, pois são muitos os retrocessos, as perdas pela via do trabalho, principalmente, de natureza econômica. Com isso, a possibilidade de integração por meio do trabalho se torna mais fugidia porque exige tempo; os laços sociais levam tempo para surgir.

No seu ponto de vista, entre os trabalhadores formais também se instaura uma lógica da insegurança que afeta duramente as bases emocionais em razão da desregulamentação das atividades do trabalho. O mercado formal é instável e instável se torna a condição emocional do trabalhador formal. A desregulamentação cria o melhor dos mundos no sentido de exigir do trabalhador a entrega da sua vida – tempo e energia - e dar em troca a incerteza de sua permanência no mercado de trabalho.

Para Castel (2004), estamos diante de uma nova questão social, onde o trabalho deixa de ser fonte de *status*, proteção e identidade para adquirir uma natureza precária que deteriora o tecido social. Trata-se da emergência de um fenômeno social que se tornou objeto de estudo, principalmente, a partir da década de 1980, caracterizado pela dissociação entre trabalho e proteção.

Todavia, os autores que defendem a centralidade do trabalho na sociedade entendem que essa atividade continua mobilizando e integrando os indivíduos, constituindo-se na dimensão societária que eles mais valorizam (ANTUNES, 2000).

Indiscutivelmente, a sociedade contemporânea passou, ao longo do século XX, por transformações importantes nas relações sociais e formas de integração, exigindo da sociologia novo ímpeto na redefinição do seu objeto, uma vez que os indivíduos e grupos sociais envolvidos em múltiplas relações sociais ora tomam o trabalho como elemento central de sua experiência social e ora como esfera marginalizada de expressão e identificação social.

Em virtude dessas mudanças objetivas, os estudos do trabalho encontram-se diante do desafio de construir metodológica e teoricamente seus objetos de pesquisa e de retirar da realidade novos elementos e interpretações sociais. A tentativa de revitalizar esse campo de estudo deu-se através de abordagens de diversas áreas como a economia, a psicologia social, a antropologia e a sociologia.

No campo da sociologia, a análise do mercado de trabalho e de seus agentes é objeto de abordagens estruturalistas e individualistas, que procuram compreender o modo como se estabelece a relação entre indivíduo e sociedade. Tais abordagens

tratam dos aspectos econômicos, políticos e sociais relacionados à esfera do trabalho e às consequências sobre o agir social.

Nesta dissertação, procura-se trabalhar com a idéia segundo a qual o indivíduo não se encontra totalmente condicionado a estrutura, isto é, ele é capaz de construir estratégias criativas para viver em sociedade, assumindo a condição de agente. Essa é uma dimensão que a sociologia tem procurado destacar em suas análises empíricas. A diversidade do setor informal, das trajetórias sócio-ocupacionais e dos mecanismos e recursos utilizados pelos sujeitos em suas experiências sociais são exemplos disso.

Partindo desse entendimento, a sociologia, nas últimas décadas, tem procurado repensar seu objeto de pesquisa na tentativa de incorporar no campo de investigação novas formas pensar a realidade.

Sorj (1991) se reporta, por exemplo, a expansão do setor de serviços e da necessidade em olhar esse segmento sob uma outra perspectiva. Segundo a autora, é necessário compreender que outros arranjos organizacionais estão surgindo e, com isso, um novo modelo de trabalhador e de empregabilidade.

Primeiramente, o trabalho nas indústrias está diminuindo, tanto em função do uso de novas tecnologias, quanto em função da reestruturação e extinção de postos de trabalho. Além disso, outras mudanças relacionadas a estas também são evidentes como o aumento do trabalho autônomo, das formas atípicas de emprego como, por exemplo, o trabalho temporário, em tempo parcial e a domicílio, a expansão das pequenas empresas, o surgimento de novos arranjos produtivos, como a subcontratação.

Enfim, a adequação dos trabalhadores a esse conjunto de mudanças é o que a autora se propõe a teorizar. Para ela, o setor de serviços é cada vez mais caracterizado pelo contato direto entre trabalhador e consumidor, portanto, o primeiro acaba se tornando parte do produto que está sendo consumido.

Nesse sentido, as características pessoais dos empregados são cada vez mais demandadas e traços como aparência, idade, educação, gênero e raça se transformaram em potencial produtivo (SORJ, 1991). Frente a isso, produz-se uma forte estratificação do mercado de trabalho, em que os níveis inferiores de emprego, em tempo parcial ou temporário, são preenchidos por minorias, mulheres e jovens com baixa escolaridade e, conseqüentemente, com poucas chances de mobilidade.

Com isso, uma das formas de assegurar a empregabilidade, na visão da autora, consiste em recorrer às redes de sociabilidade como a família, grupos de vizinhança, igrejas, partidos políticos. Essas redes atuam como fontes de informação e de oportunidades no mercado de trabalho e o acesso a elas costumam aprofundar-se em contextos marcados pela incerteza.

A participação nas atividades sociais organizadas por essas redes tornou-se uma condição fundamental de empregabilidade. De acordo com Sorj (1991), estudos internacionais têm demonstrado que uma proporção satisfatória de pessoas aciona as redes de familiares, amigos, vizinhança e contatos pessoais como forma de obter um emprego⁶.

A fim de sintetizar sua explanação, Sorj (1991) considera que:

Estas são apenas algumas das questões que o atual mundo do trabalho coloca para a Sociologia em geral e para a Sociologia do Trabalho em particular. À medida que for capaz de interpretar as mudanças em curso sem reduzi-las, por um lado, a uma visão saudosista de um passado agora idealizado e, por outro, a uma sociedade de consumidores ávidos de imagens e símbolos da qual se exorcizou a luta pela sobrevivência material, creio que a Sociologia do Trabalho poderá ocupar um lugar central na renovação da teoria social nos tempos vindouros (SORJ, 1991, p.11).

Nesse sentido, a importância do trabalho na sociedade deve ser observada como resultado da emergência de um contexto de incessantes mudanças sócio-históricas, que possibilitaram o surgimento de novas idéias e comportamentos na sociedade. O cenário de precarização do trabalho fez surgir uma massa de trabalhadores desprotegidos ou desempregados, que tecem relações através de uma vasta rede de recursos e de instituições com vistas a aumentar sua participação na esfera econômica.

A relação existente entre as esferas política, econômica e social também motiva os indivíduos a buscarem ou acionarem alternativas dos mais distintos meios, mobilizando seus contatos sociais, a herança cultural, o capital econômico acumulado para melhorar o seu desempenho no mercado de trabalho (PICANÇO, 2007). Por conseguinte, a trajetória do indivíduo recebe a influência de todos os

⁶ Esse fenômeno já pôde ser observado a partir dos anos de 1980 e 1990, em países como a Inglaterra e o Japão, que já sofriam os impactos da reestruturação econômica (GRANOVETTER, 1995 apud Sorj, 1991).

meios sociais e a realização de êxito no mercado depende da capacidade de fazer o melhor uso desses recursos.

A trajetória objetiva da qual está se tratando diz respeito às posições ocupadas pelos indivíduos durante toda a sua vida, seja ela ascendente, descendente ou estacionária. A análise desse tipo de trajetória é importante para apreender os ganhos materiais, sociais, culturais que o indivíduo conseguiu obter, além de propiciar resultados objetivos, que podem ser codificados e mensurados.

Todavia, tal análise perde em qualidade porque perde a riqueza do discurso, das palavras, das situações que o indivíduo se apropria para falar de si mesmo, dos outros, do contexto. Esse processo de organização do discurso, de omitir esta ou aquela experiência, só pode ser apreendido por meio de um recurso analítico que privilegia a trajetória subjetiva.

Diante disso, Dubar (1998), afirma que o *conceito de trajetória social* encontra-se relacionado a dois aspectos do processo biográfico e refere-se tanto à trajetória objetiva dos sujeitos, procurando definir as posições sociais ocupadas por eles durante a vida quanto à trajetória subjetiva, onde a importância é dada aos relatos biográficos dos próprios agentes, na tentativa de compreender como eles pensam a si mesmos e ao mundo que os cerca.

Quando se analisa uma trajetória subjetiva, é preciso concentrar-se, portanto, na análise das categorias de linguagem, que só podem ser alcançadas a partir da fala do sujeito no momento da entrevista. Nesse processo de narração sobre si mesmo, o indivíduo pontua aspectos de sua experiência que considera importante para caracterizar sua trajetória, constituindo-se em um conhecimento de grande valia para a sociologia. Assim, quando me refiro à trajetória social a preocupação que perpassa o trabalho é identificar como os indivíduos dão conta dessas trajetórias, justificando as posições que ocupam e também suas expectativas futuras, tendo como principal referência a relação estabelecida com o SINE.

Por conseguinte, a trajetória subjetiva tem por base os processos identitários individuais, isto é, metodologicamente, parte dos relatos produzidos pelos próprios atores em uma situação de entrevista. Nas palavras de Dubar (1998, p. 7):

A hipótese central norteando a análise é a de que a colocação deste percurso em palavras, numa situação de entrevista considerada como um diálogo focando o sujeito, permite a construção lingüística de uma ordem

categorial que organiza o discurso biográfico e lhe confere um significado social.

Ao sociólogo cabe, portanto, segundo o autor citado acima, concentrar-se sobre a estrutura dessas narrações, bem como as categorias que estão presentes nos relatos, que podem estar relacionadas a níveis distintos como função, ação e narração. Ao atentar para esses níveis, é necessário apreender a lógica usada pelo sujeito para caracterizar, descrever e fundamentar os acontecimentos considerados importantes no decorrer do seu percurso. Lógica esta permeada de elementos cognitivos, afetivos, pessoais e sociais.

Em vista disso, é importante destacar que essas formas discursivas que compõem o imaginário social e tecem determinadas representações sociais sobre a realidade, constituem um todo integrado, que articula elementos econômicos e sociais. Na visão de Moscovici (2003), é em função dessas representações, que podem ou não expressar a realidade, que os indivíduos e coletividades se movimentam pelo tecido social.

Vale ressaltar que o discurso do sujeito é orientado por uma temporalidade que ele considera importante para pensar seu ciclo de vida. Através desse discurso, ele articula suas argumentações, justificando opiniões, atitudes e disposições.

Nas sociedades contemporâneas, segundo Dubar (1998), a relação entre formação, emprego e trabalho constitui uma das dimensões mais importantes na estruturação dos “espaços-tempos” individuais, ou seja, da forma como as pessoas costumam se situar diante do mundo. É a partir dessa relação que elas “narram suas biografias” e, assim, categorizam o sistema de posições que ocupam durante suas vidas. E, nesse sentido, também é possível pensar como o SINE insere-se nessa argumentação.

CAPÍTULO 2

AS AÇÕES E POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR DESEMPREGADO NO BRASIL: O LUGAR DA INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

As leituras realizadas sobre o desenvolvimento das políticas de emprego, no Brasil, contribuíram para, em um primeiro momento, constatar que a criação dos mecanismos de intermediação de mão-de-obra implicou o reconhecimento da natureza coletiva do desemprego, ou seja, no fato de que o indivíduo necessita de auxílio para superar a condição de desempregado. De acordo com Cardoso *et alli* (2006), os sistemas de intermediação de mão-de-obra, no Brasil, constituem um desdobramento das políticas sociais introduzidas, a partir da década de 1960, que possuíam como finalidade a recuperação da capacidade produtiva do trabalhador sem emprego.

Nesse sentido, a partir daquele momento, a preocupação em criar meios para reincorporar o trabalhador novamente ao mercado de trabalho formal passou a ser um diferencial das ações de assistência nessa área.

Além disso, outra medida que corroborou para demonstrar a preocupação com o problema social do desemprego foi a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador, isto é, uma fonte específica de financiamento para os programas de intermediação, geração de emprego e renda.

Entretanto, conforme Cardoso *et alli* (2006), a dificuldade em criar ou estender os programas vinculados ao mercado de trabalho encontra-se relacionada às carências de ordem financeira que o sistema público de emprego, trabalho e renda enfrenta. Mesmo com a criação do FAT elas se mantiveram, impondo barreiras ao desenvolvimento de iniciativas nessa área social.

Para o autor, apesar de 20 anos de existência, as políticas sociais relativas ao emprego, no Brasil, são muito recentes em comparação a experiência dos países desenvolvidos em relação a esse formato de política.

O SINE, criado na década de 1970, colocou entre suas finalidades a reincorporação do trabalhador em atividades produtivas fazendo a ponte entre o desempregado e o empresariado industrial. Reitera-se, porém, a existência de um cenário propício à criação de empregos, a década do milagre econômico em 1980, que possibilitou o êxito desse tipo de política (Ver legislação, em anexo).

Entre os principais serviços executados por esse programa pode-se citar: a intermediação de mão-de-obra para o mercado formal de trabalho, a intermediação de trabalhadores autônomos, a carteira de trabalho e previdência social, o seguro-desemprego e cursos de qualificação profissional⁷.

A intermediação de mão-de-obra é realizada de forma gratuita, onde é gerado um cadastro eletrônico dos trabalhadores e também das vagas ofertadas pelo empregador. Este último descreve o perfil da vaga através de critérios como a experiência em carteira de trabalho, escolaridade e sexo – este último critério, abolido, recentemente, por determinação judicial.

A intermediação de trabalhadores autônomos - que compreende pessoas físicas, associações, sindicatos, profissionais liberais, empresas ou condomínios – é realizada por meio de um cadastro no Centro do Trabalhador Autônomo, onde os profissionais que atuam por conta própria dispõem de um registro na prefeitura, contribuem para o Instituto Nacional de Seguridade Social e participam de programas permanentes de qualificação e avaliação de seu trabalho⁸.

A carteira de trabalho é o documento que habilita o trabalhador a ingressar no mercado de trabalho e também ao recebimento de outros benefícios sociais como a obtenção da aposentadoria, a garantia do seguro-desemprego e outros. É fornecida ao trabalhador pelo SINE, através de um convênio com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

O seguro-desemprego, por sua vez, consiste em um auxílio financeiro concedido ao trabalhador desempregado demitido sem justa causa. O benefício é de caráter provisório e também habilita o trabalhador para se cadastrar no serviço de intermediação ou realizar cursos de qualificação profissional.

⁷ Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social, 2010. Disponível em: <http://www.mte.gov.br.br/fat/historico.asp>

⁸ No Rio Grande do Sul, esses centros são encontrados em Porto Alegre, Cachoeirinha, Canoas, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz e São Leopoldo (Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social, 2010. Disponível em: <http://www.mte.gov.br.br/fat/historico.asp>).

Os cursos de qualificação profissional são ofertados a pessoas com 16 anos ou mais, inscritas na FGTAS/SINE em situação de desemprego ou empregadas. A maioria dos recursos para a realização dos cursos emana do FAT e do governo do Estado.

Na visão de Cardoso *et alli* (2006), a justificativa para a maioria dos programas criados pelo governo federal era de que o crescimento econômico resultava, basicamente, na criação de empregos e o desemprego, por sua vez, era visto como conseqüência de um ciclo recessivo da economia. Contudo, atualmente, aponta-se para a natureza estrutural do desemprego o que inviabilizaria as ações relacionadas ao mercado de trabalho formal.

Outra mudança vivenciada pelo sistema público de emprego, trabalho e renda foi a descentralização de papéis e funções para outros membros da sociedade. A questão colocada por Cardoso *et alli* (2006) parece concorrer para a relação entre a descentralização e o desapego à questão do trabalhador, delegando à sociedade a resolução de seus próprios problemas.

Conforme se destacou, anteriormente, o poder público manifesta-se através de programas como o FAT, que tem como objetivo combater o desemprego através do estímulo à qualificação dos trabalhadores, que se manifestam por meio do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e o financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico.

No entanto, as políticas de estabilização monetária, a incorporação de meios tecnológicos e a flexibilização das leis trabalhistas promoveram um aumento de produtividade em diversos setores, o que se reverteu em uma ampliação dos postos dos trabalhos. Em contrapartida, esse mesmo processo acabou restringindo o papel das empresas nacionais e aumentando os fatores negativos do modelo adotado pelo Brasil.

Dias⁹ em seu artigo, Geração de emprego, renda e política de qualificação nacional: elementos para uma análise no Estado do Pará, estabelece que o novo modelo de abertura econômica propiciou o aumento da desigualdade social, intensificando os problemas sociais como a pobreza, a falta de trabalho, moradia, alimentação, entre outros. Essa situação corroborou para a reprodução de outras

⁹ Maria do Carmo da Silva Dias. Doutoranda, Faculdade de Educação/ UFMG. Professora de Sociologia Núcleo Pedagógico Integrado, pesquisadora do GESTRADO/FaE/UFMG.

questões sociais como a ampliação da violência, da insegurança e da marginalidade.

Destacam-se, nesse processo, a reestruturação produtiva, a flexibilização da produção e os novos padrões de gestão, que aliam escolaridade e melhores salários. Os programas como o PNQ (Plano Nacional de Qualificação) passam a propor a busca por qualificação técnica e social aos novos candidatos aos postos de trabalho, tornando a questão do trabalho cada vez mais individual.

O modelo neoliberal emprega a formulação de que o desemprego está relacionado a falta de domínio de elementos técnicos, habilidade e competência, apegada a vontade individual. Dias estabelece que políticas, como o PNQ 2003-2007, visam a promover conhecimentos técnicos que possibilitem às pessoas dispor de seu capital social, econômico e cultural, com vistas a melhorar sua condição de vida.

A qualificação profissional era indicada como elemento de inclusão social do trabalhador orientando para a promoção de um outro contrato social com base na democratização das relações de trabalho, sendo a economia solidária, o cooperativismo e o crédito facilitado os elementos dessa política. A proposta tinha como eixo à integração e qualificação social e profissional com uma estratégia de integração de política de emprego, trabalho e renda, educação e desenvolvimento.

Para Furtado, várias políticas públicas vêm sendo implementadas com o objetivo de qualificar a mão-de-obra nacional, visando o enfrentamento do desemprego. A reestruturação produtiva e a necessidade por bases de inovação impõe novas dinâmicas às empresas nacionais, diante as novas tendências tecnológicas e de organização social do trabalho. A competição por mercados converge à necessidade de se intensificar a capacitação dos trabalhadores, a partir da educação profissional. Sanar a baixa qualificação torna-se o objetivo das políticas públicas diante de um mercado de trabalho em constante mutação nas palavras da autora.

A atuação estatal não fica restrita a educação profissional, mas também envolve as linhas de crédito como o PROGER, que visa promover ações de incentivo as pequenas e microempresas, cooperativas e formas associativas de produção, além de ramos da economia informal.

Voltando a questão da descentralização das políticas sociais no campo do trabalho, acredito que essa medida também pode ser pensada como uma ação que oportuniza aos atores locais a promoção de alternativas mais adequadas ao seu contexto. A divisão de responsabilidades pode trazer à cena política novas demandas, tornando o sistema mais participativo e mais dinâmico.

Cabe destacar que a descentralização não é exclusividade das políticas de emprego, pois é visualizada em outras áreas das políticas sociais. Esse caráter híbrido do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda leva a questionamentos sobre a razão que determinou essas mudanças, isto é, se respondem a necessidade de se gerenciar melhor os recursos, de focalizar melhor as ações ou, tão somente, se denota um retraimento da ação do Estado.

No Rio Grande do Sul, foi feito um convênio com o Ministério do Trabalho cabendo ao estado oferecer os serviços de intermediação de mão-de-obra, de concessão do seguro-desemprego, projetos de geração de emprego, renda e qualificação profissional, além da operacionalização do sistema. No conjunto dos municípios, são encontradas as agências da Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social (FGTAS), entidade que foi regulamentada pelo decreto lei nº. 34.155, de 30.12.1991 (Ver legislação, em anexo). Estão entre suas atribuições a administração do sistema público de emprego e a promoção de ações de formação profissional (FUNDAÇÃO GAÚCHA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL, 2010. Disponível em: <http://www.mte.gov.br.br/fat/historico.asp>).

Essa fundação é uma entidade de direito privado e está vinculada a Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania. Segundo a legislação referente à sua criação é garantida a sua autonomia administrativa e a possibilidade de contar com o apoio de outras entidades, de origem pública ou privada, para promover os seus programas.

As suas ações também são focalizadas em grupos específicos do mercado de trabalho, principalmente, desempregados, jovens sem experiência profissional, portadores de deficiência, artesãos, trabalhadores autônomos.

Assim como a União conta com uma gestão administrativa hierarquizada formada por um Conselho Tripartite e paritário, as unidades federativas também possuem uma Comissão com o mesmo molde, de caráter deliberativo, formada por 18 membros que representam as demandas de trabalhadores, empregadores e governo. Essas comissões estaduais, criadas em 1994, possuíam como objetivo

receber os recursos da União e decidir sobre a melhor forma de aplicação e investimento dos mesmos. À comissão estadual cabia também a avaliação das políticas de emprego financiadas pelo FAT e a elaboração de outras políticas.

No Rio Grande do Sul, é por meio da Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social que são disponibilizados programas, ações e serviços com a finalidade de gerar emprego e renda. Esta fundação encontra-se organizada por 134 agências, localizadas em 131 municípios do Estado (FUNDAÇÃO GAÚCHA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL, 2010. Disponível em: <http://www.mte.gov.br.br/fat/historico.asp>).

Além disso, cabe destacar que os fatores externos como as transformações no tipo de desemprego, na sua duração e as mudanças nas características da população desocupada influenciaram os resultados das políticas de intermediação de mão-de-obra porque, segundo Cardoso *et alli* (2006), existe uma estreita ligação dessas políticas com o setor formal da economia, o qual tem crescido menos que o mercado informal de trabalho. Atrelado a isso, ainda, visualiza-se a carência de recursos para dar continuidade às políticas existentes ou criar novas políticas.

Contudo, é importante salientar que o autor, quando fala da carência de recursos, não está tratando da dificuldade em captar recursos para o Fundo de Amparo ao Trabalhador, mas na realocação de parte desses recursos para atender outras áreas da política social, o que obrigou a seleção e estabelecimento de prioridades.

Dessa maneira, observa-se que as mudanças políticas, econômicas, morais e sociais relativas ao mundo do emprego refletiram nos resultados do sistema público de emprego, trabalho e renda, bem como no tipo humano que transita e depende dessa via para conseguir uma ocupação.

Vale salientar que a análise dos mercados de trabalho, dos mercados de intermediação de mão-de-obra também passa pela abordagem desse tipo humano com experiências concretas diversas com o trabalho e com esses mecanismos de intermediação.

A relação do indivíduo com o trabalho entendido enquanto atividade social e econômica alterou-se como consequência dos processos de reestruturação econômica. Paralelamente, a sociologia procura entender a posição que o trabalho assume na constituição do tecido social e sua importância como um elemento de integração entre as pessoas.

Cabe elucidar que a relação entre o trabalho e a sociedade abordada pela sociologia clássica tem sido criticada por muitos autores contemporâneos, dos quais se destaca Offe (1989), o qual compreende que o trabalho deixou de assumir a posição de centralidade no tecido social. Entretanto, conforme proposto, anteriormente, também são vários os autores interessados em revitalizar os estudos no campo do trabalho, através da proposição de novos conceitos e categorias analíticas.

Alguns desses estudos encontram-se ligados à sociologia econômica que, a partir da década de 1970 e 1980, passaram a se dedicar à compreensão das formas de inserção dos sujeitos no mercado de trabalho, a circulação de informações nesse mercado, bem como as relações e redes construídas pelos indivíduos nesses espaços de sociabilidade e participação.

Porém, são muitas as contradições teóricas e metodológicas que perpassam os estudos sobre o mercado de trabalho. Sob um contexto social em constante transformação, parece haver um movimento no sentido de encontrar uma atividade ou domínio de expressão social que tal como o trabalho provoque abalos e agitações na sociedade, promovendo sua transformação e desenvolvimento.

Contemporaneamente, as teorias sociológicas apontam para a perda da importância do trabalho na vida social, como resultado das transformações econômicas ocorridas, a partir da década de 1970, nas principais economias capitalistas. De acordo com tais teorias, os conceitos e categorias que ajudaram a explicar os fenômenos que caracterizaram a vida moderna encontram-se desgastados e não dão conta de explicar o comportamento dos atores no tempo presente.

Conforme Sorj (1991), a Sociologia do trabalho ou Sociologia industrial não possui mais a importância adquirida entre os anos de 1940 e 1960, como uma subárea central da Sociologia. Nesse sentido, tem ocorrido uma revisão tanto dos seus conceitos teóricos quanto das suas categorias analíticas.

Para essa autora, a Sociologia industrial conceituava o trabalho como aquele que determinava não apenas direitos e deveres, existentes nas relações de trabalho, mas, sobretudo, padrões de identidade e sociabilidade, interesses e comportamento político, modelos de família e estilos de vida. Essa visão tem sido amplamente revista e questionada, sob o pressuposto de que o trabalho e a produção perderam sua capacidade de estruturar as posições sociais, os interesses, os conflitos e os

padrões de mudança social. De acordo com sua perspectiva, os desdobramentos dessas concepções para a Sociologia do trabalho são de extrema relevância e, portanto, não podem ser desprezados.

Entretanto, diante dessas contradições teórico-metodológicas, a Sociologia do trabalho ficou dividida entre dois movimentos contraditórios onde, por um lado, insistiu-se na validade das teorias sociais tradicionais e, por outro, adotou-se de forma determinante a tese sobre o “fim do trabalho” e a necessidade de se dedicar ao estudo de outros objetos de pesquisa, a partir de novos conceitos e categorias explicativas.

Frente a isso Sorj (1991) compreende que o trabalho tem assumido, no tempo presente, uma pluralidade de formas e continua a ser um dos mais importantes determinantes sobre as condições de vida das pessoas. Portanto, ainda, é responsável pelo sustento da maioria dos indivíduos, que dependem da venda do seu tempo e das suas habilidades no mercado.

Além disso, assiste-se a um alargamento do trabalho a diferentes esferas da vida, tornando-se mais difícil classificar que atividades constituem ou não trabalho. Por conta disso, hoje, em virtude das mudanças nas relações contratuais, torna-se mais difícil entender em que domínios o trabalho não se faz presente.

Ao colocar como a finalidade da sociologia a análise dos princípios que moldam a estrutura da sociedade, que garantem a sua integração e, ao mesmo tempo, promovem seus conflitos, Offe (1989) salienta que, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, o trabalho era concebido como a fonte de explicação para a associação, a organização e a desintegração da vida social. Por conta disso, as análises teóricas dos autores clássicos da sociologia encontravam-se preocupadas com a influência do trabalho sobre o conjunto das relações sociais.

Na perspectiva sociológica clássica, o trabalho encontrava-se associado a outro conjunto de fenômenos como a pobreza ou pauperização, a alienação e a sujeição dos trabalhadores ao capital, a racionalização técnico-científica e também a formas de resistência social, cultural e política (OFFE, 1989). Dessa maneira, as relações sociais emergentes no interior do processo de produção eram estendidas e reproduzidas no conjunto da vida social, cultural e política, exercendo uma influência determinante sobre as formas de sociabilidade existentes.

Cabe ressaltar que desde a sua constituição, a Sociologia do trabalho adotou a interpretação predominante entre os autores clássicos das ciências sociais de que a economia formava uma esfera central do conjunto da vida social.

A peculiaridade da sociedade moderna é, portanto, decorrente dessa diferenciação entre os subsistemas, o econômico, o cultural, o político. Para os autores clássicos, à exceção de Weber, onde a dimensão cultural assume grande relevância na explicação dos fenômenos sociais, a economia é concebida como uma esfera determinante do sistema social (SORJ, 1991).

Durkheim, em *“Da divisão do trabalho social (1995)”*, define o trabalho como o princípio organizador da sociedade, pois é a partir dele que os indivíduos se relacionam, representam a si mesmos e aos outros. Portanto, atribui ao trabalho um elemento de distinção e de identificação social, uma vez que seus conteúdos morais têm um substrato não-econômico e que consistem no sentido de pré-dispor as ações de indivíduos e grupos.

Entretanto, nas pesquisas sociológicas contemporâneas, o poder explicativo do trabalho sobre a experiência e a ação social dos indivíduos tem sido questionado, sob o pressuposto de que na vida cotidiana há uma diferenciação cada vez maior de interesses, de estilos de vida e de demandas sociais entre os trabalhadores. A própria organização do trabalho incentiva essa diferenciação, visto que as tarefas encontram-se cada vez mais segmentadas, a maioria delas tampouco necessita do mesmo espaço físico para ser realizada.

De acordo com essa perspectiva, o trabalho perdeu a capacidade de criar entre os indivíduos uma identidade homogênea e estável, pois a diferenciação de ocupações, das relações de trabalho e das condições de vida implica o maior ou menor reconhecimento simbólico do trabalho.

No entanto, Manuel Castells (1999) contemporâneo a Offe, apesar de tratar do nexo existente entre as esferas cultural, econômica e política para compreender o contexto extremamente mutável em que vivemos, através do conceito de exclusão social, acaba alocando em uma mesma categoria – de excluídos – aqueles que não participam das trocas econômicas da sociedade em rede. Para ele, a privação econômica é responsável por conferir um sentido de homogeneidade às experiências de vida dos indivíduos. Logo, a dependência da força de trabalho em relação ao salário, além da sua submissão aos riscos sociais gerados pela falta de

emprego, contribui para a aproximação entre as experiências de vida dos indivíduos e certa unidade nas suas formas de ser e estar no mundo.

A análise de Robert Castel (2004) converge para outro aspecto importante que diz respeito ao afrouxamento da proteção social ligada ao trabalho assalariado. Essa ruptura entre o trabalho e a proteção social mais do que contribuir para a piora das condições de vida durante o desemprego sinaliza para emergência de um contexto de incerteza social, de descrédito e insegurança em relação às instituições de caráter coletivo. Assim, o trabalho antes considerado símbolo de reconhecimento social e de emponderamento, uma vez que agregava a massa de trabalhadores em torno de demandas comuns e que possuíam legitimidade, aparece destituído da sua função social de integrar e criar laços de interdependência entre as pessoas.

Por conta disso, convém elucidar que uma das características das relações sociais no tempo presente é a instabilidade e a incerteza diante da experiência concreta dos indivíduos. Para Giddens (2004), a falta de um lugar seguro na sociedade, decorrente da inserção precária ou da não-inserção em relações de trabalho regulamentadas, é acompanhada por um comportamento distinto em relação à questão social. Tal comportamento consiste na transferência de responsabilidades de ordem coletiva para a competência dos próprios sujeitos. Por essa razão, a procura por emprego e o sustento da família ou o próprio sustento transformou-se em um “empreendimento” solitário e incerto criando novas práticas e, conseqüentemente, novas representações e percepções acerca de tais experiências.

Giddens analisa essas mudanças a partir do conceito de individualização dos riscos sociais, utilizado para descrever e caracterizar contextos onde se visualiza um processo contínuo de desestruturação social que fragiliza a coesão interna das sociedades e, ao mesmo tempo, aumenta o risco de marginalização e exclusão de determinados grupos da população. Esse processo pode ser exemplificado pelo aumento da autonomia dos indivíduos em relação às estruturas de caráter coletivo, como é o caso do Estado.

Nesse sentido, o que motiva a ação dos sujeitos acaba se tornando a busca por uma vida própria, isto é, construir modos de realização pessoal. Todavia, conforme demonstrou Sennett (2006), existe um descontrole cada vez maior dos indivíduos sobre seus próprios destinos, consolidado pelo afastamento entre as experiências narradas e as experiências, efetivamente, vividas.

As sociedades modernas incentivadas pelo modelo de “Estado mínimo” acabaram deixando os indivíduos desassistidos em muitas esferas de reprodução social. Assim, a falta de controle institucional acabou gerando muita insegurança, mas, por outro lado, forçou os indivíduos a criarem formas de agir contra os riscos sociais, passando, a assumir a condição de agentes.

Entretanto, ao transferir para o indivíduo a responsabilidade por gerir seu cotidiano tornou este último, totalmente, responsável, também, pelas conseqüências negativas de seus atos. De todo modo, tomar iniciativa em um mundo instável e dinâmico, hoje, tornou, ainda, mais incerto os diagnósticos a respeito dos resultados das escolhas tomadas. Logo, cabe teorizar que a dificuldade em prever as conseqüências resultantes da ação social também implica na dificuldade em criar medidas de proteção contra os resultados negativos destas.

Dupas (1999) acredita que todas essas transformações contribuíram para intensificar estados de pobreza e de exclusão social, já que a maioria da população, ainda, depende da inserção em relações de trabalho assalariadas para manter níveis satisfatórios de bem-estar, apesar das chances de mobilidade social pela via do trabalho encontrarem-se, amplamente, prejudicadas.

De acordo com Tavares (2006), as conseqüências sociais do processo de reestruturação produtiva, atrelado às políticas neoliberais, são as mais perversas do ponto de vista das condições objetivas dos indivíduos. Na medida em que a liberalização e a desregulamentação dos mercados intensificaram a competição entre os países, exigindo a adoção de novos modelos de organização da produção, distribuição e prestação de serviços, assim como de uso da força de trabalho, a criação de postos de trabalho de qualidade tornou-se um desafio a ser alcançado.

Para a autora, a inserção dos países na economia globalizada depende, primeiramente, da criação de condições adequadas para resolver os problemas sociais. Trata-se, sumariamente, de um problema de natureza distributiva que consiste em criar condições minimamente satisfatórias para superar estados de pobreza e exclusão e possibilitar a participação efetiva da grande maioria da população nas diferentes esferas de expressão social, política, cultural e econômica.

Em regiões e países que convivem com intensos níveis de desigualdade a geração de empregos constitui a primeira garantia de exercício da cidadania. Entretanto, na economia de mercado criar tais condições é extremamente complexo,

haja vista a voracidade em reduzir a dependência em relação ao homem enquanto fator de produção.

CAPÍTULO 3

TRAJETÓRIAS DE (RE) INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO EM SANTA MARIA

3.1 A escolha pela abordagem qualitativa

A utilização da metodologia qualitativa na ciência social contemporânea é fruto de um debate em torno da validade do conhecimento calcado na interpretação da realidade social. Nesse sentido, explorar o mundo social através de um enfoque que prima pela interpretação e não pela produção de verdades absolutas e incontestáveis tem sido o desafio de muitos pesquisadores na tentativa de dar sentido a suas práticas e, ao mesmo tempo, questionar, refletir e entender seu exercício como um conhecimento, em larga medida, compartilhado e produzido em conjunto com os sujeitos da pesquisa.

Por conta disso, é de suma importância destacar que falar sobre método qualitativo é sustentar a idéia segundo a qual a produção do conhecimento é válida para uma realidade histórica e culturalmente situada, buscando as sutilezas e as peculiaridades da ação humana naquele contexto. Nesse sentido, é oportuno o seguinte fragmento:

A inteligibilidade de nossos relatos sobre o mundo provém não do mundo em si mesmo, mas de nossa imersão dentro de uma tradição de práticas culturais que herdamos de gerações anteriores. Só chegamos a compreensão quando nossos relatos aproximam-se de tais convenções. Logo, é a partir das nossas relações dentro das comunidades interpretativas que surgem nossas construções do mundo (GERGEN&GERGEN, 2006, p. 368).

Desse modo, a pesquisa social encontra-se permeada de interpretações, onde o pesquisador observa e confere significado às práticas provenientes da experiência concreta. Nessa medida, o ato de escrever e interpretar além de ser uma tarefa que exige responsabilidade e comprometimento com o trabalho também

deve prezar pelo reconhecimento da riqueza e da multiplicidade de perspectivas e vozes que surgem do contexto pesquisado.

Por conseguinte, a validade do conhecimento produzido pelos métodos qualitativos baseia-se na premissa segundo a qual o estudo consiste em uma contribuição para a compreensão de maneiras de ser e estar no mundo em uma determinada época e lugar. Conforme, postula Haraway (1988 apud GERGEN&GERGEN, 2006) trata-se do reconhecimento de “verdades situadas”, isto é, verdades que se encontram localizadas no interior de certas comunidades para representar a condição dessas.

Porém, embora o conhecimento situado traga questionamentos acerca da sua validade, na medida em que trata especificamente da realidade de um determinado grupo, Gergen&Gergen (2006) apontam para a possibilidade de, a partir de tal conhecimento, conhecer e problematizar outras realidades sociais.

Quanto à exposição dos resultados e o compromisso com a divulgação desses é oportuno assinalar que ao atuar o pesquisador mesmo contra sua vontade interfere e altera o campo de investigação. Com isso, vale salientar que:

[...] à medida que embarcamos em nossa pesquisa, alteramos a composição do campo. Agir como pesquisador é perturbar inerentemente o sistema de relações e, tal como o bater das asas de uma borboleta na China, os efeitos da própria pesquisa podem dar origem a múltiplos eventos imprevistos à distância (GERGEN&GERGEN, 2006).

Por isso, a pesquisa assenta-se em um recursivo pensar e repensar como falar “dos” e para os “outros”, sobre as conseqüências e repercussões do fazer investigativo (FINE, M. *et al*, 2006). Tendo em vista essa perspectiva, é necessário ponderar sobre a presença do pesquisador no espaço de pesquisa, uma presença anunciada tácita ou explicitamente que influencia maneiras de agir, de se expressar e de ocultar determinadas percepções e comportamentos.

[...] o trabalho social geralmente representa uma intrusão e uma intervenção dentro de um sistema de relações, um sistema de relações que o pesquisador tem muito mais liberdade de abandonar do que o pesquisado. Não há como escapar da desigualdade e da perfídia potencial dessa relação (FINE, M. *et alli*, 2006, In: Denzin&Lincoln, 2006).

A esse respeito, Fine (2006) destaca que o objeto/sujeito de pesquisa não é um todo coerente ou um “conjunto de outros unificado” e que o contexto sobre o qual escrevemos muda constantemente e, da mesma forma, as leituras e apropriações sobre o texto que produzimos também se diversificam. Outro ponto apreciado pela autora é a relação existente entre as histórias que contam os indivíduos e o conjunto de relações históricas, estruturais e econômicas em que elas se situam. Nenhuma análise social deve menosprezar o nexos explicativo e interpretativo entre as pessoas e as estruturas e as ideologias que as circundam, que, muitas vezes, não são narradas pelos pesquisados.

Portanto, a “ética da responsabilidade” deve perpassar todos os estágios da pesquisa, desde a escolha dos métodos, das formas de abordagem e relação com os pesquisados, da interpretação até a divulgação dos resultados. Passa também pelo comprometimento com a produção de um conhecimento válido e consciente de que não ambiciona apresentar verdades absolutas e incontestes, mas propor idéias, questionamentos, reflexões e uma maneira de ver e pensar a realidade a partir de um método.

O uso do consentimento informado tanto para adentrar a instituição quanto para entrevistar os informantes também parte de uma maneira de conceber o processo de pesquisa como aquele que exige um determinado controle e depende da confiança sobre os usos do mesmo. Participar de uma pesquisa significa comprometer-se ou posicionar-se sobre algo que, algumas vezes, não se discute a priori, ser “pego” de surpresa gera um sentimento de insegurança, não só por parte dos informantes, mas também pela própria instituição que questiona-se sobre os usos e desusos da pesquisa.

Colocar tais questões é de suma relevância antes de introduzir os resultados empíricos da investigação sobre as quais me debruçarei nas páginas seguintes, onde todas as questões, de certo modo, surgiram em circunstâncias variadas demandando muitas reflexões e, algumas vezes, insegurança.

3.2 Narrativas sobre o trabalho: contradições, tensões e conflitos na produção de significados.

Vislumbrou-se, neste subtítulo, interpretar os discursos construídos sobre o trabalho, apresentando a diversidade da dimensão representacional que perpassa a experiência concreta dos sujeitos investigados¹⁰. Como ponto de partida, convencionou-se realizar uma breve análise do histórico familiar dos desempregados e suas condições de trabalho e se essas condições e características se repetem na trajetória dos sujeitos da pesquisa.

Além disso, foi analisada a trajetória dos entrevistados abarcando elementos sobre sua formação educacional, profissional e experiências ocupacionais onde se constatou que o tipo de passagem dos indivíduos pelo mercado foi determinante quanto à relação que tinham com o trabalho enquanto atividade social e econômica.

Ao analisar as entrevistas, foi possível identificar que apenas duas das entrevistadas alcançaram o nível médio de escolaridade, Gabriela e Dona Lurdes, esta última com pós-graduação, e Luíza que, apesar de fazer magistério, ambicionava fazer especialização nessa área, portanto, apresentava ao menos um desejo de mobilidade, ausente nos demais discursos. Todavia, como será visto, a seguir, a escolaridade não apareceu como um dado significativo em termos interpretativos, já que demonstrou, somente, a obtenção de ganhos concretos de escolaridade entre as gerações, mas não ajudou a explicar a relação dos informantes com o trabalho.

Embora não se tenham, ainda, os dados referentes ao Censo 2010, já se pode perceber que, entre os anos de 1990 e 2000, ocorreu um crescimento no nível de instrução importante entre a população com 10 anos ou mais de idade no município.

¹⁰ O estudo baseou-se na análise de 25 casos, compreendendo um público de 12 mulheres e 13 homens.

Veja no quadro, a seguir:

Variável = Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Percentual)			
Unidade da Federação e Município	Grupos de anos de estudo	Ano	
		1991	2000
Rio Grande do Sul	Total	100,00	100,00
	Curso de alfabetização de adultos concluído	0,20	-
	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo, exclusive Curso de alfabetização de adultos	8,84	-
	Sem instrução e menos de 1 ano	-	5,56
	1 a 3 anos	18,38	13,72
	4 a 7 anos	45,06	41,53
	8 a 10 anos	12,64	17,41
	11 a 14 anos	10,65	15,93
	15 anos ou mais	4,14	5,17
	Não determinados	0,08	0,67
Santa Maria - RS	Total	100,00	100,00
	Curso de alfabetização de adultos concluído	0,23	-
	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo, exclusive Curso de alfabetização de adultos	7,36	-
	Sem instrução e menos de 1 ano	-	4,38
	1 a 3 anos	14,89	10,25
	4 a 7 anos	38,82	33,95
	8 a 10 anos	16,33	20,30
	11 a 14 anos	14,33	21,24
	15 anos ou mais	7,95	9,29
	Não determinados	0,10	0,61

Nota: Para 1991: 1 - Dados da Amostra 1 **Fonte:** IBGE - Censo Demográfico Para 2000

Quadro 1 – COMPARATIVO 1991-2000, Nível de escolaridade da população em Santa Maria e Rio Grande do Sul

Portanto, em relação ao Estado, Santa Maria apresentou um considerável aumento na porcentagem de pessoas com 11 anos ou mais de instrução. Entre as pessoas com 11 anos de instrução a 14 anos de instrução, no período compreendido entre 1991 e 2000, ocorreu em Santa Maria um acréscimo de 6,91% enquanto no Rio Grande do Sul o aumento foi de 5,28%. Em todas as séries foi apresentado um comportamento positivo, representado pela redução do número de pessoas com menos de 7 anos de instrução e aumento daquelas com 8 anos ou mais de instrução. Possivelmente, esse resultado se repetirá nos dados referentes aos próximos anos.

Entre as entrevistadas, agora, considerando-se os dados obtidos na pesquisa de campo, em 2010, houve ganhos de escolaridade em relação aos pais, apenas em três casos (Dona Isaura, Dona Lurdes e Luíza). No caso de dona Isaura, os pais não haviam freqüentado a escola, no caso de Dona Lurdes os pais completaram o nível

fundamental e médio, no caso de Luíza os pais possuíam ensino fundamental incompleto, no caso do pai, e completo no da mãe.

Em Santa Maria, segundo o último Censo, 29,47% da população feminina possuía entre 4 e 7 anos de estudo, seguida daquela com 11 a 14 anos de estudo, 19,66%, ao passo que 5,35%, abarcava mulheres sem instrução ou com menos de um ano de estudo. Entre as mulheres ocupadas, de acordo com a mesma fonte, a maioria, 12,18%, possuía entre 11 e 14 anos de estudo, apenas 0,82% não possuía instrução ou possuía menos de 1 ano de instrução¹¹.

Contudo, percebeu-se uma mudança em relação à geração anterior que é a entrada das mulheres no mercado, haja vista que as mães das entrevistadas eram donas de casa, restringindo, portanto, sua sociabilidade ao espaço doméstico ao passo que as primeiras mesmo que em ocupações de baixo prestígio ou isentas de direitos sociais demonstraram uma tentativa de emancipação da dependência financeira em relação aos maridos ou aos familiares. Nos demais registros referentes à força de trabalho feminina houve uma prevalência do ensino fundamental incompleto e as ocupações que mais se destacaram foram as de doméstica, cozinheira e babá.

Entre os homens, percebeu-se em 3 dos 13 casos, que também ocorreu um aumento da escolaridade em relação aos pais. No caso de Fabiano, 24 anos, ensino médio incompleto, filho de pais que não freqüentaram a escola; Eduardo, 47 anos, com ensino fundamental incompleto, filho de pais que também nunca freqüentaram os bancos escolares e Jackson, 25 anos, o qual conseguiu completar o ensino médio, ao contrário dos pais que possuíam apenas o ensino fundamental, porém, incompleto. Entretanto, considerando-se o total dos entrevistados as mudanças entre as gerações em termos de escolaridade foram pouco expressivos.

A força de trabalho masculina ocupada, em Santa Maria, é constituída por pessoas que possuem entre 4 e 7 anos de estudo, concentradas, no comércio de mercadorias, seguido da construção civil. As mulheres, por sua vez, estão inseridas no setor da prestação de serviços, acompanhado pelo setor social (IBGE, 2000).

¹¹ Os dados são de 2000, ano da realização do último censo demográfico, onde podem ser encontrados dados relacionados ao perfil dos municípios, trazendo questões como educação, rendimento, trabalho, entre outros temas. Porém, esses dados não deixam de representar a realidade do município de Santa Maria, pois são tendências que costumam manter-se no tempo. Além disso, se utilizarmos como parâmetro os dados mais recentes limitados às regiões metropolitanas, como os divulgados pelo DIEESE, são comportamentos que obtiveram ganhos positivos em relação ao ano de 2000.

A seguir, será apresentado um quadro que compara as diferenças de remuneração entre homens e mulheres e seu respectivo nível de instrução, de modo a comprovar que, apesar dos ganhos educacionais da população do sexo feminino, em Santa Maria, o número de mulheres sem rendimento é expressivo, ainda, no ano 2000. Consideradas as proporções, espera-se que esse comportamento tenha se alterado, em 2010, mas conforme visto a partir das características dos informantes que freqüentam o SINE mesmo auferindo algum rendimento são mulheres que continuam inseridas em condições de trabalho precárias.

Anos de instrução	Homens				Mulheres			
	Rendimento (%)							
	Mais de ½ a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	De 3 a 5 salários mínimos	Mais de ½ a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	De 3 a 5 salários mínimos
Menos de 1 ano de instrução ou sem instrução	0,66	0,31	0,11	0,16	1,02	0,32	0,13	0,09
De 1 a 3 anos	0,78%	0,70	0,51	0,48	1,19	0,66	0,27	0,21
De 4 a 7 anos	1,61	2,98	1,84	1,95	3,02	2,27	0,92	0,71
De 8 a 10 anos	0,78	1,61	1,06	1,42	1,19	1,63	0,56	0,56
De 11 a 14	0,33	1,17	0,79	1,69	0,81	1,89	1,08	1,31
De 15 anos ou mais	0,03	0,07	0,10	0,29	0,09	0,28	0,46	0,91

Quadro 2. - Diferenças de remuneração entre homens e mulheres e nível de instrução.

Nota:

- 1 - Dados da Amostra
- 2 - Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00.
- 3 - A categoria **Sem rendimento** inclui as pessoas que receberam somente em benefícios.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

É necessário ressaltar que entre a força de trabalho masculina ocupada com 11 a 14 anos de instrução, 2,37% ganhava mais de 5 a 10 salários mínimos, ao passo que 1,70% não possuía nenhum rendimento. O total de mulheres ocupadas, em 2000, compreendia 52,95%. A categoria sem rendimento compreendia 23,31%; 7,41% recebia mais de ½ a 1 salário mínimo. As mulheres que recebiam mais de 5

salários a 10 salários mínimos eram aquelas que possuíam 15 anos ou mais de instrução. Do total de 52,95%, 5,58% estavam nessa situação.

Todavia, a grande maioria insere-se na categoria sem rendimento, 46,60%, comparado a população masculina que possui somente 12,68% inserido na mesma categoria. A força de trabalho masculina que recebia de 5 a 10 salários mínimos somava 13,61%.

Do total de 57,92% da força de trabalho masculina ocupada, em 2000, 18,02% possuía entre 4 e 7 de instrução. Desse total, 1,44% com menos de um ano de instrução ou não tinha nenhuma instrução; 6,28% possuía 15 anos ou mais de estudo.

Da população ocupada em Santa Maria com 10 anos ou mais de idade, em 2000, 2,26% possuía menos de um ano de instrução ou era considerada sem instrução; 6,78% possuía entre 1 e 3 anos de instrução; 28,71% possuía entre 4 e 7 anos de estudo; 20,40% entre 8 e 10 anos de estudo; 26,86% entre 11 e 14 anos de estudo e 6,28%, 15 anos de estudo ou mais.

Ao tratar da origem da renda das informantes, em 2010, foi possível constatar que entre as mulheres, ela apresentou-se bastante paritária, pois Luciana, Gabriela, Maria e Rita, além de suas famílias, mantinham o sustento a partir de recursos provenientes da inserção no setor informal. Luciana relatou que sua família constituída por quatro pessoas era mantida pela renda do pai, trabalhador autônomo, visto que sua mãe, doméstica, estava desempregada. Gabriela, que mora com cinco irmãos, informou que todos trabalhavam, porém, informalmente, eles eram basalteiros e a irmã cuidava de doentes no hospital. Maria dependia da renda do marido, que fazia trabalhos como pintor sem carteira assinada e dos filhos, um deles é camelô e o outro telemoto. Rita, por sua vez, também dependia da renda do marido ocupado como pedreiro, visto que os filhos, um de 18 anos e o outro de 15 anos, eram estudantes e não trabalhavam.

Por outro lado, Carla, Lurdes, Dona Isaura, Cláudia, Jaqueline, Dona Cléia, Luíza e Juliana mantinham seu sustento a partir da renda garantida pela inserção na formalidade de seus cônjuges, de seus familiares ou mesmo da sua inserção prévia no mercado de trabalho formal. O marido de Carla, por exemplo, trabalhava como gari e a sustentava, bem como seus quatro filhos, menores de idade e estudantes. Dona Lurdes, professora aposentada, e de todos os entrevistados, seguramente, a que detinha a maior renda, em média, 10 salários mínimos com a qual sustentava

também sua filha, menor de idade. Isaura, aposentada e morando sozinha, pagava suas despesas com o salário mínimo. Cláudia e seu filho, menor de idade, encontravam-se assistidos pelo marido; militar. Jaqueline que tem três filhos, onde dois deles trabalhavam como servente de obras, sem carteira assinada, e a filha era estudante, além de receber o seguro-desemprego, contava com o benefício do Bolsa-escola recebido pela filha. Dona Cléia, que morava com o neto, estudante de 15 anos, recebia uma ajuda do filho, que não morava com ela e tem outra família, em troca dos cuidados com o neto. O pai de Luíza trabalhava realizando serviços gerais, com carteira assinada, sua mãe era dona de casa e seu irmão, menor de idade era estudante. Juliana e seus irmãos encontravam-se assistidos pela mãe, doméstica com carteira assinada e o padrasto que recebia, em média, 3 salários mínimos. Com em média 4 pessoas por domicílio, essas famílias possuíam uma renda per capita média de R\$ 475,00.

A população masculina, em Santa Maria, encontrava-se protegida pelo trabalho assalariado, conforme os dados do IBGE (2000), do total de 57,92 % de ocupados, 36,91% eram empregados; 22,26% com carteira de trabalho assinada. Militares e funcionários públicos estatutários somavam 7,61%; trabalhadores sem carteira assinada, 7,03%, empregadores 3,01% e trabalhadores por conta própria 16,98%.

Entre as mulheres, 31,05% trabalhava com carteira assinada, ao passo que 4,43% era empregado sem carteira assinada, seguido de 8% que trabalhava por conta própria. O grupo constituído por militares e funcionários públicos estatutários somava 18,49%.

Vislumbra-se, dessa forma, que a formalidade é um traço característico das relações de trabalho em Santa Maria, tanto entre os homens quanto entre as mulheres, apesar das atividades encontrarem-se bem definidas entre os sexos, isto é, o que é “trabalho de mulher” e o que é “trabalho de homem”.

Porém, existe uma insatisfação com os rendimentos auferidos pelo trabalho considerados insuficientes pelos entrevistados para manter níveis mínimos de bem-estar. A insatisfação com a renda apareceu de forma mais acentuada entre os homens não somente pela responsabilidade por manter a casa, mas, sobretudo, como modo de diferenciar-se do universo feminino, que auxilia nas despesas quando consegue trabalho, portanto, para a mulher o trabalho é temporário, opcional e acessório em relação ao trabalho masculino.

Além disso, constatou-se com maior clareza na fala das mulheres que a não-inserção em atividades produtivas e assalariadas contribuiu para reproduzir uma visão instrumental do trabalho.

As entrevistas elucidaram que os anos dedicados ao trabalho criaram vínculos sociais no caso de dona Lurdes, ao passo que desorganizaram e desestruturaram a vida de Luíza e Gabriela. Vale ressaltar que suas falas se distanciaram em função da passagem mais duradoura ou mais imediata pelo mercado, mesmo constituindo o estrato mais escolarizado. Lurdes, por exemplo, diz o seguinte:

É que eu to pensando que eu tenho que fazer alguma coisa, embora eu saiba fazer algumas coisas, assim, porque eu sou da área das artes, né, e sempre to fazendo algo, porque parada total eu não to, mas dentro de casa só trancada, por mais que tu saia final de semana e coisa, mas é muito, assim, eu acho que o contato com as pessoas, isso também é muito importante pra gente.

Ai, agora, tá muito ruim, porque de início, tu te aposenta, tu põe toda a tua vida que tu não tinha tempo de organizar tu organiza e depois chega uma hora que não tem mais o que fazer, daí tem que trabalhar mesmo. Porque em casa não é negócio. A gente fica, assim, muito chateada de ficar só dentro de casa (LURDES, 63 ANOS, PÓS-GRADUAÇÃO).

Dessa forma, percebeu-se que foi no trabalho que dona Lurdes criou vínculos sociais, a falta de trabalho torna-se, portanto, fonte de isolamento e de rotina. Por isso, que ela decidiu voltar ao mercado, mesmo em atividades de baixo prestígio, para resgatar o sentido de pertencimento social que somente o trabalho lhe proporcionou.

Ah, eu imagino, assim, ou dando aula ou com alguma ocupação, assim, pra eu não ficar parada, eu me sinto assim meio inútil, assim, parada, eu não gosto. Eu quero ter uma ocupação que seja dentro do que eu possa corresponder, né, que esteja dentro daquilo que eu aprendi e que eu sei [pausa], mas a função, assim, eu nem escolheria nenhuma. Eu queria trabalhar (DONA LURDES, 63 ANOS, PÓS-GRADUAÇÃO).

As outras falas também convergem nesse sentido, pois as atividades restritas ao espaço da casa, doméstico, não tinham como finalidade criar nenhum tipo de associação ou de sociabilidade, independente do caráter mercantil ou não mercantil

da atividade, pois eram atividades artesanais, como fazer crochê, costurar, ou mesmo cultivar uma horta.

Luíza, por sua vez, teve um único trabalho de doméstica com carteira assinada e auferindo um salário. Suas razões e ações encontravam-se motivadas pela formação educacional. Desse modo, assinalou que:

[...] foi por opção minha mesmo, porque eu assim ó, não era tão ruim o emprego que eu tinha, porque a mulher era uma mãe pra mim sabe. Só que eu optei por estudar e a consequência disso foi eu perder o meu emprego.

Agora, eu quero trabalhar e estudar. Parei de trabalhar porque o horário do serviço não dava certo, não conciliava com meus estudos.

Agora, eu quero arrumar um serviço que seja no turno da noite, porque daí tem o dia pra estudar.

Eu pretendo, final do ano que vem, eu me formo, o curso leva quatro anos, mas eu já tinha cursado dois anos do curso e eu tive que parar porque eu não tinha situação financeira pra continuar porque quando eu trabalhava eu fiz uma 'poupancinha' pra tentar o que tá me mantendo e assegurando [...] Daí, depois que eu me formar, me aperfeiçoar numa creche, alguma coisa (LUÍZA, 23 ANOS, MAGISTÉRIO).

Ao mesmo tempo, ao analisar a fala das mulheres acima dos cinqüenta anos visualizaram-se elementos característicos do trabalho como aquele que desorganiza e debilita a identidade dos indivíduos. Especialmente nesse tipo humano constatou-se um desgaste social – onde elas relataram que foram objeto de preconceito - a falta de planejamento em relação à experiência futura e a tendência a justificar a busca ou permanência em determinadas ocupações a traços de caráter pessoal ou social.

Dona Maria enfatiza em sua fala a falta de oportunidades de trabalho para as pessoas com mais de 40 anos, apesar da inserção desse grupo etário em muitos espaços sociais e produtivos, na atualidade. Segundo ela:

Olha, por enquanto, eu to no seguro-desemprego, mas daqui pra frente não trabalho é tá difícil porque a idade da gente [...] eu tive aqui antes e me disseram que depois dos 40 anos, dos 50 anos é muito difícil e eu fui bem mal educada com ele [um rapaz que também estava a procura de trabalho] e falei, então, os velhos tem que se "mata" porque não querem mais as pessoas de idade? [...] como é que o pessoal de idade vai sobreviver? (DONA MARIA, 55 ANOS, ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO)

Além disso, ressaltou que: *“Daqui a cinco anos, eu quero estar aposentada, se deus quiser. Já trabalhei bastante”*.

Outro aspecto pertinente pode ser exemplificado através do relato de dona Rita, de 66 anos. Tal informante possuía ensino fundamental incompleto e seu último trabalho foi como doméstica, sem carteira assinada, onde ficou um ano. Paralelamente ao último emprego, decidiu vender “lingeries” para aumentar a renda, mas assumiu que não se adaptou a esse tipo de trabalho.

[...] eu sou mais da área da limpeza, porque eu não tenho muita prática, por isso, que eu não vendo muito. Isso aí, é pra quem tem bastante prática, que conversa mais com as pessoas, né. Eu sou mais quieta, eu prefiro a área da limpeza, eu me identifico melhor.

Eu acho que é o grau de escolaridade, o curso de informática que eu não tenho, né, por isso, que eu procuro mais na área da limpeza, né (DONA RITA, 66 ANOS, ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO).

Seu primeiro trabalho foi em uma casa de família, de doméstica, sem carteira assinada, com ganhos de um salário mínimo, onde ficou um ano e foi demitida, porque a senhora para a qual trabalhava vivia de renda e faltaram recursos para pagar a empregada. Após isso, conseguiu um emprego com carteira assinada em uma loja, meio turno, onde ficou seis meses, mas pediu para sair em função de desentendimentos com a chefe.

Todos os empregos aos quais se referiu foram narrados em termos de sacrifícios, muita carga de serviço e que *“não valiam à pena”*. Para ela, o serviço de doméstica era o que mais correspondia às suas características pessoais, afinal, se considera mais introspectiva, mais quieta; falta de simpatia e espontaneidade que justificavam os maus negócios na venda de “lingeries”.

O serviço que eu sei fazer, de doméstica, de limpar, de camareira, o que vir, eu to pegando. Eu trabalho o dia inteiro. Se for de manhã, é só de manhã, se for de tarde é só de tarde. Pra mim não tem horário.

[...] na mesma área de doméstica, acho que é isso que eu me identifico melhor, é o que eu dou mais certo (DONA RITA, 66 ANOS, ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO)

Em Santa Maria, em 2000, segundo dados do último censo demográfico, existiam 4.664 pessoas com 60 anos ou mais de idade. Desse total, 1.579 encontravam-se desempregados e 843 empregados com carteira assinada.

Entre a população com 60 anos ou mais de idade, no município, naquele período, 552 pessoas eram empregados sem carteira de trabalho assinada, 384, empregadores, 2.119 trabalhadores por conta própria, 111 trabalhadores não remunerados em ajuda a membro do domicílio e 461 trabalhadores na produção para o próprio consumo.

Destaca-se, também, que do grupo de idade compreendido por pessoas com 60 anos ou mais, em 2000, 8,67%, encontrava-se ocupado. As pessoas aposentadas, naquele período, somavam, 26.126 do total de 177.186 (IBGE, 2000). Nesse sentido, percebeu-se que o mercado de trabalho formal constituiu uma alternativa possível apenas para uma reduzida parcela dessa população que encontrou como “refúgio” o desempenho de atividades autônomas.

O ponto comum a todas essas trajetórias que retratam, objetivamente, a situação de pessoas com uma formação precária e que não conseguem sua inserção no mercado de trabalho (e tem parcialmente consciência disso), consiste no fato de que conservaram o sentimento de um mundo que não tem lugar para elas. Para isso, na continuidade de suas vidas procuraram construir certos elementos de estabilidade nas rotinas de sobrevivência bem sustentadas pelo imprevisto. A atitude de improvização denotou a combinação de criatividade e resignação frente ao mundo indeterminado e, ainda, mais inseguro, relativamente ao seu lugar no mundo do trabalho.

As questões moral e política ressurgiram na atitude das pessoas assumirem para si a responsabilidade pelas condições precárias que apresentam para concorrer a um lugar no mercado de trabalho. Entretanto, para esses indivíduos excluídos por fatores estruturais, a experiência subjetiva do trabalho demonstrou-se uma experiência de passagem, de transição, porque era, antes de tudo, um mundo ordenado que os tratou na forma correspondente para que se sentissem assim.

No entanto, a narrativa de dona Lurdes, a qual já foi citada em linhas anteriores, encontrou-se dotada da experiência concreta mais sólida com o trabalho, pois seus 34 anos de vida profissional foram dedicados, integralmente, a profissão de professora da rede estadual e particular. Agora, aos 63 anos, encontra-se

aposentada, mas busca sua reinserção em uma atividade produtiva. Filha de pai militar e mãe dona de casa, dona Lurdes ressaltou em sua narrativa a formação educacional como condição fundamental para ocupar as melhores posições no mercado de trabalho; posições sólidas, estáveis, que permitissem pensar e planejar o futuro.

Olha, os meus pais eram de uma época em que estudar não era tão importante, que era mais a prática, assim, de alguma profissão, do que tu entra em uma universidade e se formar em alguma coisa, bem o contrário de, hoje, né, que se tu não se preparar tu não tem uma oportunidade, mesmo.

Algumas pessoas não estão preparadas naquilo que querem desempenhar [...] claro, que é lógico, que quando tu vai procura, tu não tem nenhuma formação, aí não consegue mesmo. Eu acho que as pessoas têm que estudar, se preparar, profissionalmente, para quando procurar um serviço estar, ali, à altura (DONA LURDES, 63 ANOS, PÓS-GRADUAÇÃO)

Por essa razão, o trabalho apresentou para ela a mesma solidez e durabilidade que os laços que a uniam a família. Ambas as instituições são imprescindíveis, segundo ela, para o desenvolvimento do ser humano, já que compreendem uma relação de ajuda e compromisso mútuo, onde se desempenha uma tarefa que está sendo útil para alguém *“[...] porque se tu tem trabalho, tu sai pra trabalhar tem um retorno, a parte lucrativa, mas eu acho que, assim, o mais importante, é tu ter uma ocupação, tu saber que está fazendo uma tarefa que está sendo útil pra alguém”* (DONA LURDES, 63 ANOS, PÓS-GRADUAÇÃO).

Outro aspecto ressaltado pela informante referiu-se à possibilidade de convivência interpessoal por meio do ambiente do trabalho, enfatizando aspectos como a dimensão informacional, *“[...] não ficar desligada das coisas”* e a dimensão temporal *“[...] eu gosto de trabalhar com gente jovem porque tu fica meio renovada vivendo neste meio [...]”*.

Eu procuro serviço porque eu gostaria muito de ter uma atividade, novamente, mas a minha situação já é vista de outra maneira, com outro olhar, porque eu já tenho o meu ordenado, eu já tenho o que eu conquistei. Então, agora, é mais uma situação de não ficar desligada das coisas, porque tu trabalhando tu convive com as pessoas, tu aprende no dia a dia, tu fica sabendo o que está acontecendo [pausa] eu sempre gostei de estar envolvida com as pessoas (DONA LURDES, 63 ANOS, PÓS-GRADUAÇÃO).

Na sua narrativa, as conquistas financeiras que adquiriu depois de uma vida inteira dedicada ao trabalho a permitiram pensar a vida de aposentada de outra forma, “*com outro olhar*”, elegendo outras experiências significativas como a possibilidade de reorganizar seu tempo, encontrar um trabalho de meio turno e sair da rotina.

Então, manter-se em contato com as pessoas e sentir-se útil estava entre a perspectiva de alguém que visualizava a sua trajetória com um sentido de “dever cumprido”. Cabe destacar que Dona Lurdes priorizou em toda a sua fala o fato de suas conquistas terem sido fruto de muito estudo e empenho, começou cedo dando aulas na educação de jovens e adultos, enquanto freqüentava a faculdade e passou em um concurso, pois não acreditava “*nessas coisas de indicação*”.

A narrativa de Dona Lurdes constituiu o achado mais relevante do estudo. A sua fala e a análise da sua situação objetiva no mercado de trabalho permitiu, em primeiro lugar, constatar que a dimensão instrumental não é a única forma possível de experiência com o trabalho. Ora, dona Lurdes possui uma situação financeira estável, recebia um salário que garantia não só seu sustento como de sua filha e, mesmo diante desse fato, quis retornar ao mercado de trabalho. Conforme vimos, o motivo de seu retorno foi outro, distinto dos motivos elencados pelos demais informantes. A dimensão social do trabalho assumiu na sua fala um valor inestimável.

O caso de Gabriela, 47 anos, apresentou-se distinto com relação à experiência da dona Lurdes, mas, igualmente, importante porque apesar da trajetória precária que detinha, as ocupações que teve, embora informais, foram descritas pela informante com a mesma relevância que o trabalho assalariado assumiu na fala anterior. Com ensino médio completo, Gabriela, no momento da entrevista, trabalhava cuidando de doentes no hospital, no turno da noite e fazendo lanche em um posto de gasolina no turno da manhã. Fazia dois meses que ela dedicava-se a esse último trabalho. Descreve sua trajetória da seguinte forma,

[...] me criei trabalhando em loja de turco, trabalhava meio período, porque estudava de manhã e trabalhava de tarde. Não era com carteira assinada, mas já era um conhecimento a mais e um ganho a mais. Que daí, eu fiz um cursinho no SENAC de vendedor lojista e o cursinho te encaminhava para o emprego [...]. Aí, então foi assim, já trabalhei muito no comércio, daí

fiquei um tempo fora, saí daqui fui pra Porto Alegre, também, trabalhei em comércio, trabalhei em residência, trabalhei de babá, assim. Aí, depois, voltei pra Santa Maria, trabalhei em residência, cuidei de idoso, cuidei de dois idosos até que acabou a história, né, e, depois, fiquei um tempo trabalhando em residência, depois, saí de lá e fui pra outra residência, e é assim, é tudo versátil, faz uma coisa, faz outra sabe (GABRIELA, 47 ANOS, ENSINO MÉDIO COMPLETO).

Quando interrogada sobre a importância do trabalho em sua vida ela referiu-se a essas ocupações precárias que teve, como responsáveis pelo sentido de dignidade e realização cotidiana *“Tudo, trabalho é tudo, é realização, é tudo, tudo, é realização, porque se tu não tem trabalho os dias são todos iguais, pra mim o trabalho é tudo, dignifica a gente, entende?”* (GABRIELA, 47 ANOS, ENSINO MÉDIO COMPLETO).

Esse senso de dignidade também apareceu na fala de dona Isaura, 65 anos, ensino fundamental incompleto. Aposentada há quatro anos, procurava incessantemente uma ocupação, visto que seu sustento dependia disso. Filha de pai agricultor e mãe dona de casa, que não freqüentaram a escola, ela também não teve a oportunidades de concluir os estudos.

Ao construir sua narrativa, entretanto, a idade constituiu o fator determinante a solapar suas chances de reinserção ocupacional.

Agora, as pessoas já não querem, acham que eu não faço nada. Não tenho medo de nenhuma guria nova, eu conheço tudo que é serviço e faço bem feito. Sou caprichosa. Sempre continuei trabalhando. [...] eu não tenho medo de trabalhar. Me criei lá fora fazendo tudo que é serviço. Sempre trabalhei (DONA ISAURA, 65 ANOS, ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO).

Após a sua aposentadoria, dona Isaura continuou trabalhando em casas de família e, nos momentos de desemprego, refugiava-se em sua casa fazendo crochê, corte e costura, tudo que podia para auxiliar nas despesas da casa. Durante a entrevista, percebeu-se, em alguns momentos, que a instabilidade e as mudanças de emprego constituíam quase que uma promoção de si, *“[...] tudo que é serviço eu faço. Faço tudo que é serviço, não tenho medo. Sempre cozinhei. Trabalhei pra diversos, pra médico, pra doutor, pra tudo. Nunca reclamaram da comida, também”*.

Essa característica merece destaque uma vez que surgiu em apenas um discurso de forma explícita, mas trouxe um aspecto presente em todas as falas, de

uma forma ou de outra, que corresponde à importância do saber-fazer, da experiência acumulada no decorrer da vida, nos muitos e diferentes trabalhos precários e que adquiriu uma relevância simbólica extremamente significativa na vivência desses indivíduos, apesar de desvalorizado socialmente e não acrescentar ou valorizar em nada a estrutura de oportunidades desses sujeitos. Esse saber-fazer criou uma espécie de emponderamento entre eles, explícito na fala de um dos informantes “[...] *eu não me considero um desempregado porque eu tenho os meios*” (referindo-se a experiência adquirida com os anos de dedicação a atividade de pintor).

Voltando a fala de Dona Isaura, num ponto adiante da entrevista ela completou “*A importância é ser honesta e tudo. Honesta, eu sempre fui. O trabalho é bom porque tu se distrai e fazendo o que tu gosta, eu gosto de trabalhar. Gosto de cozinhar, gosto de fazer faxina.*”

Porém, também concluiu “*É o trabalho que consegui, não tive estudo. Hoje em dia, quando não tem estudo só pra lavar chão mesmo, me arrependo porque eu não estudei*”. O retorno ao mercado de trabalho representaria, por conseguinte, uma possibilidade de aumentar sua renda, mas não faz nenhum plano a longo prazo “*Não sei, não sei. Não posso fazer nenhum plano.*”

Nas falas das entrevistadas mais jovens foi possível perceber que faziam projeções em relação às experiências que tiveram. Luíza, que faz magistério, pensa em se formar e trabalhar em uma creche, Carla, pretendia trabalhar de vigilante, pois fez o curso com o que conseguiu poupar em seus trabalhos e Luciana, 18 anos, também procurava outro tipo de emprego porque “*não adianta trabalhar muito para ganhar pouco, né*”, à medida que fez cursos de empacotadora de caixa e curso de informática porque gostava de trabalhar com o público, de estar envolvida com as pessoas.

Carla, 26 anos, ensino fundamental incompleto, desempregada há um ano é marcada por uma trajetória de trabalhos com baixos salários e que demandavam pouca qualificação, onde o tempo de permanência nessas ocupações não ultrapassou 4 anos. Seu último emprego foi como doméstica, com carteira assinada, em uma empresa privada de Santa Maria. Durante sua vida profissional, trabalhou como servente em uma firma de limpeza, em Porto Alegre, e como doméstica, diarista, sem carteira assinada, no trabalho anterior a esse. Os ganhos auferidos nesses trabalhos nunca ultrapassaram o salário mínimo. O curso de vigilante que fez

com os recursos poupados com grande esforço, segundo ela, representava a esperança de progredir na vida, em uma ocupação com maior “*status*” e, principalmente, com maior renda.

Eu trabalhei em Porto Alegre como servente de uma firma de limpeza, daí eu trabalhava no mercado, nessas lojas de vender carro, essas ‘firma’, escritórios, assim, para fazer limpeza. Trabalhei como doméstica, como diarista e, daí, fiz o curso de vigilante pra ver se eu pegava como vigilante, mas daí pedem experiência É difícil, geralmente, nunca tem, né (CARLA, 26 ANOS, ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO).

No entanto, fazer o curso não significou a conquista imediata de emprego. Daí se seguiu um ano à procura de emprego, onde o auxílio da mãe foi fundamental para a aquisição de serviços esporádicos como diarista.

Ao referenciar um dos empregos que teve, Carla salientou o que mais lhe incomodava nesses trabalhos; a falta de rotina.

Da firma eu saí porque me mudei pra Santa Maria, eu vim pra cá, daí eu saí, e de doméstica eles eram muito relaxados e eles não queriam uma empregada, eles queriam uma escrava, não tinha hora pra entrar e nem pra sair e daí como eu tenho filho, né, [pausa] não tem como e na firma tu cumpre o horário ali, fez teu horário e vai embora. Pra mim, que tenho filho é muito importante, né, se eu não trabalhar fico estressada, acostumada a sair [...] acostumada àquela rotina, né, acostuma a levantar cedo pra trabalhar, pra mim é muito importante, até pelo sustento da família, né (CARLA, 26 ANOS, ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO).

A entrevistada relatou que os compromissos com a família consistiam o principal incentivo para buscar sua colocação no mercado de trabalho, as despesas eram muitas, manter o filho no colégio e dar-lhe a assistência necessária era o que lhe movia em busca de “qualquer trabalho”, mas, enquanto isso, como não gostava de ficar “parada”, fazia bolo, fazia pão a fim de aumentar sua renda.

A formalidade aparece em seu discurso como sinônimo de seguridade, de garantias sociais, sentir-se amparada frente a uma demissão.

Na firma, eu gosto de trabalhar porque uma, tu tem direitos, se um dia eles te colocarem pra rua ou tu sair, tem direitos e de doméstica tu não tem direito nenhum, né, tu sai com uma mão na frente e a outra atrás (CARLA, 26 ANOS, ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO)

Luciana, com 18 anos, revelou em seu discurso as conseqüências da precariedade da sua experiência concreta com o trabalho no imaginário que construiu acerca desse como atividade e referência para pensar e estruturar sua vida. Com ensino fundamental incompleto e tempo de desemprego de um ano, trabalhava desde os treze anos como babá, com a jornada de meio turno e auferindo uma renda de meio salário.

Agora, aos 18 anos, conseguiu um trabalho, também em meio período na lancheria de uma escola, onde ficou durante três meses. Por isso, Luciana, ainda, não gozou da experiência proporcionada pela formalidade.

Quando interrogada sobre o que estava fazendo no momento da entrevista e durante o tempo em que estava desempregada Luciana respondeu que divide a sua rotina entre procurar serviços e realizar as tarefas domésticas.

Eu tenho ficado em casa, agora. Eu saio, assim, se eu tenho que ir em tal lugar que tenha um serviço eu vou lá, mas nem sempre dá certo por causa que a gente trabalhar em bairro, geralmente, porque as pessoas são de perto de casa e eles pagam menos, porque não adianta trabalhar para receber pouco, né [...] (LUCIANA, 18 ANOS, ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO).

De todo modo, Luciana aparentou na sua fala certo cansaço de tanta instabilidade. Esses trabalhos “*não lhe renderam nada*”, representaram apenas a possibilidade de auxiliar nas despesas da casa. Luciana morava com os pais e um irmão, menor de idade, com 11 anos, estudante. O pai, 43 anos, trabalhava como autônomo em negócio de chapeamento enquanto a mãe era doméstica, embora desempregada; ambos com ensino fundamental incompleto. No momento, a renda da família se resumia a do pai, em média 800,00 reais, pois a irmã mais velha de Luciana, que trabalhava em uma empresa de telefonia, com carteira assinada, não morava com eles.

Agora, pensava em concluir os estudos e, com isso, encontrar um trabalho que, realmente, valorizasse.

Eu já fiz trabalho de doméstica, mas eu procuro outras coisas, eu tenho curso de operadora e empacotadora de caixa, eu fiz no ano de 2008, e curso de informática, este ano.

Eu não tenho muitas exigências, eu, geralmente, o que eu mais gosto é lidar com o público, com pessoas, eu tenho que mexer com pessoas, essas coisas, com comércio, ou mercado, é o que eu gosto, mas como a gente tem pouca chance por causa do estudo, porque eu só tenho o primeiro grau, só que tá incompleto (LUCIANA, 18 ANOS, ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO).

Conseqüentemente, percebeu-se que para essa gente excluída e jogando a sorte no mundo do subemprego (e é emblemático o trabalho de doméstica), o trabalho é um meio para um fim efetivamente, mas, em boa medida, elas têm um diagnóstico das suas limitações no contexto: *“... essas coisas de comércio eu gosto..., mas como a gente tem pouca chance por causa do estudo, porque eu só tenho o primeiro grau...”*. Nesse sentido, elas sentiram e contaram de como a instabilidade do mercado de trabalho as atingiu. Contudo, eram visíveis os questionamentos morais produzidos: *“Eu gosto de trabalhar porque tu tem direitos”*. Dito de outra forma, o trabalho era, para essas mulheres, meio para um fim, ao mesmo tempo em que, excluídas, situam-se na realidade instável do trabalho com base em pressupostos morais básicos, porque mínimos, que auxiliaram no seu entendimento e ação no contexto do mercado de trabalho.

Em relação aos homens, as mulheres entrevistadas eram menos escolarizadas, 9 dos 12 casos possuíam ensino fundamental incompleto, ao passo que, entre os homens, 7 dos 13 entrevistados possuíam ensino médio completo ou incompleto e um, ensino superior completo.

Todavia, isso não resultou na piora das condições de trabalho dessas, uma vez que 9 das 12 entrevistadas tiveram experiência de trabalho anterior no setor formal.

No caso dos homens, o setor informal também ocupou uma posição relevante na origem da renda no período do desemprego. Jackson vivia da renda que recebe dos trabalhos esporádicos como pintor que realiza com o pai. Rafael contava com o auxílio do afilhado, de 15 anos, que trabalhava informal na construção civil; João dependia da renda da mulher que trabalhava como manicure; Pedro, da renda proveniente da construção civil e da modalidade de trabalho “por tarefas” e Fabiano do auxílio do pai carpinteiro e da mãe doméstica.

Nos relatos dos entrevistados, o trabalho adquiriu uma importância estritamente instrumental e, além disso, percebeu-se um retorno a instituição familiar, pois foi nesse âmbito que eles construíram suas relações de sociabilidade e

reproduziram seus papéis como provedores. Em quase a totalidade das falas, a dimensão econômica do trabalho prevaleceu e apenas em duas delas o trabalho aparece ora como mecanismo de reconhecimento social e ora como potencializador de ascensão social.

Isso pode ser constatado na fala de Jackson, por exemplo, que disse: “[...] *hoje em dia, não dá pra escolher uma profissão, né. A primeira chance que aparecer tem que pegar*” e também na de Marcos “*Ah, agora, a prioridade é comprar as coisas pro meu filho. Com o dinheiro do seguro e tal que eu tava recebendo; Agora, no momento acabou e daí [...] Bah [o trabalho] é tudo, né, porque desde os dezoito eu venho trabalhando, desde a maioridade, assim né, sempre trabalhei, é difícil ficar desempregado, assim, né*”; e, por fim, no relato de Fabiano “*O [trabalho] de porteiro até que eu gostava, assim, o que me deixava chateado com o emprego era o salário, o funcionário quando não é bem remunerado não trabalha bem. Digamos, trabalha por obrigação daquele dinheirinho no final do mês, agora, quando tu é bem remunerado sai com ânimo pra trabalhar, eu gostava, até pra economizar eu ia de bicicleta pra trabalhar no posto*”.

Fabiano explicitou de forma muito objetiva o indivíduo que tem o trabalho como uma experiência estritamente instrumental, na forma do ganho financeiro que o trabalho proporciona para a realização de um outro fim. No quadro mental que apresentou, visualizou-se uma hierarquia de interesses: a satisfação do trabalho em si tornou-se secundária relativamente à remuneração. Essa pré-disposição de Fabiano para interpretar o trabalho nessas bases mostrou-se inseparável de sua trajetória em uma ordem econômica precária em que sempre esteve em situações desfavoráveis de escolha. Nesse caso, o trabalho informal guardou o pior dos significados para o sujeito, a ponto de favorecer uma hierarquia de motivos, com ênfase em uma visão instrumental.

As razões que os entrevistados acionaram para justificar a procura por trabalho relacionaram-se a necessidade, quase que urgente, de manter os compromissos com a família. Isso pode ser identificado em diversos relatos como o de João, de Mário e de Daniel:

Pra mim, significa tudo, tudo que eu não posso ter, né, a minha preocupação maior é a estabilidade familiar, já que a esposa, ela tem uma renda variável, não é carteira assinada, eu me preocupo com isso,

justamente, pra estabilidade da minha família. Então, estar desempregado pra mim é sinônimo de preocupação, preocupação familiar (JOÃO, 45 ANOS, ENSINO MÉDIO COMPLETO).

Olha, a importância que tem é que trabalho pra manter os filhos, né, é essa que é a importância, que o futuro o cara trabalhando mesmo pra fica rico, não fica. Então, é só a família (MÁRIO, 47 ANOS, ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO).

Eu acho que quem tá empregado, tá assim com a base feita pra ti constitui uma família e pra ti adquirir teus bens [...] tem pessoas que se “intorvém” na vida da gente, diz bah! O fulano só passa sentado, não faz nada, é um vagabundo, depende do pai e da mãe [...] (DANIEL, 31 ANOS, ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO)

É importante ressaltar que na fala de Daniel apareceu também a preocupação diante do olhar do “outro” de reprovação social por ainda morar com o pai e a irmã e depender da assistência financeira desses. Veja, portanto, que constituir família e ter a condição de mantê-la constituiu a real realização de êxito para os entrevistados e não a mobilidade vinculada ao “*status*” da ocupação ou o melhor retorno financeiro da mesma.

Daniel ponderou, ainda, sobre como a vida social depende, fundamentalmente, do trabalho “*A gente quer ter uma vida boa, uma vida melhor [...] vê todas as pessoas adquirindo bens, saindo, se divertindo e a gente fica em casa sem dinheiro. Eu tenho vergonha de pedir pro meu pai e para a minha irmã, fico constrangido, sabe de pedir dinheiro emprestado pra eles, daí fica aquela coisa, né*”. Por conta disso, a dependência apresentou – se como um mal, ou seja, sinalizava, duplamente, o fracasso pessoal e social.

Agora, tomemos como exemplo o caso de Alberto e Pedro. Alberto, 47 anos, formado em direito e atuando como advogado, e Pedro com a mesma idade de Alberto, porém, com menor escolaridade, ensino fundamental incompleto.

Alberto relatou que estava desempregado há um ano, pois foi demitido, e, nesse tempo, passou a exercer a advocacia atendendo em média de dois a três clientes durante o mês. Começou trabalhando no comércio de Santa Maria, mas a baixa remuneração o forçou a buscar uma alternativa que, no seu caso, foi cursar a faculdade de direito. Antes disso, porém, vinculou-se a variadas ocupações, em uma oficina mecânica, no comércio como vendedor lojista, em hotel como recepcionista, tendo, por isso, que mobilizar ou adquirir novas qualificações na mudança de um emprego para outro.

A sua preocupação, no momento da entrevista, baseava-se mais em ocupar o tempo, pois ele mesmo já havia reclamado dos baixos salários ganhos no comércio e deixa claro isso:

Eu trabalho na minha área como advogado e eu to buscando um emprego diferente, porque eu não tenho uma ocupação efetiva, todos os dias, certa. Tenho um, dois, três clientes ao mês, me ocupa pouca carga horária e me torno ocioso durante o resto do tempo (ALBERTO, 47 ANOS, GRADUADO).

Pedro encontrava-se desempregado há seis meses e seu último emprego foi como carpinteiro, onde trabalhou durante quatro meses. Seu primeiro emprego foi como servente de obra em uma firma de esgoto de São Paulo, com carteira assinada, onde permaneceu durante um ano e sete meses, até terminar as obras. Nessa oportunidade, foi convidado para trabalhar com a firma em São Paulo, mas não quis abandonar a família, referindo-se a seus pais.

Depois, foi trabalhar em uma firma de construção, com carteira assinada, onde ficou quatro anos trabalhando de carpinteiro e, posteriormente, foi colocado como mestre de obra recebendo um acréscimo de 200 reais a mais no seu salário. Contudo, saiu do emprego porque considerou o salário era insuficiente.

Agora, decidiu trabalhar por tarefa¹², modalidade de trabalho que na sua visão apresenta mais vantagens, do ponto de vista financeiro.

Eu to vendo se consigo pegar por tarefa. Eles assinam a carteira, fundo de garantia eles dão por fora, mas eu não tenho direito a férias, décimo, essas coisas, mas todas as empresas estão fazendo, assim. Não te dão salário fixo, entendeu. Que nem no outro emprego, eles pagavam R\$ 680,00. Tu vai sustenta uma família com 680 pila? Não. E esse pessoal que paga luz e aluguel?. Não tem condições (PEDRO, 47 ANOS, ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO).

Pedro encontrava-se confiante em conseguir uma ocupação e o fato de não ter encontrado, ainda, encontrava-se sustentado apenas pela razão de que queria uma *“coisa melhor”*.

¹² Trabalhar por tarefa é uma modalidade de trabalho onde aquele que assume o serviço em uma obra, na construção civil, por exemplo, se responsabiliza por desenvolver o serviço em um prazo determinado, porém, quem demanda o serviço não assume todos os compromissos de uma relação de trabalho assalariada. É mais vantajoso porque se reduzem os encargos e, ao mesmo tempo, aumenta-se a renda de quem realiza o trabalho.

O emprego em Santa Maria a partir do negócio de obra tá muito bom. Em 83, enquanto tinha três “vaga” lá, tinha trezentas, aqui, no SINE. Agora, qualquer esquina tem obra e eles te colocam, entendeu. Eu to desempregado por causa que eu quero uma coisa melhor, por isso, que eu to. Senão, eu tinha saído lá da outra, tinha ido para Júlio de Castilhos, tinha carpintaria lá. Só o salário é pouco R\$ 630,00. Por esse valor, não tem. Nem 25% eles pagavam a mais, todas as empresas pagam 25% para se deslocar de uma cidade para outra e eles não queriam pagar, né (PEDRO, 47 ANOS, ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO).

A reprovação da família, o desgaste da sua figura como pai provedor, a imagem diante dos filhos era o que mais lhe apavorava ao narrar sua experiência *“Bah! É um ‘troço’ meio complicado, levanta cedo, é que eu tenho vergonha de pegar meus filhos, tenho vergonha de pegar, ultimamente, e senta na frente, entendeu?”*.

Nesse sentido, aproveitava o tempo de desemprego para se dedicar a outras atividades como a venda de roupas e calçados, desde 1997. Sempre que sai dos empregos ele reservava um capital para investir nesse negócio. Nessa perspectiva, o período de desemprego era utilizado sempre de forma produtiva, através de atividades autônomas, apesar de pouco lucrativas.

Planejar e pensar na experiência a longo prazo somente apareceu nas falas de entrevistados mais jovens como Anderson, por exemplo, que disse *“Esse ano [final de 2009] eu vou pra Santa Catarina, lá é bem mais fácil, tem mais emprego, a renda é maior. As empresas pagam até 65% da faculdade. Profissionalmente, eu pretendo ter um bom salário em um lugar que eu goste de trabalhar. Eu quero cursar a faculdade de direito.”*

Em contrapartida, João com 45 anos e desempregado há 4 meses resumiu seus planos a próxima entrevista *“ Não me imagino, porque eu não sei o que vai acontecer comigo, então, eu to pensando só no dia de hoje, vim buscar uma vaga de emprego, me encaminharam, vou fazer uma entrevista”*.

De tal modo, as distintas narrativas ao mesmo tempo em que demonstraram um desgaste das relações sociais regidas pela racionalidade do trabalho assalariado também assinalaram que os sujeitos realizaram um diagnóstico das suas limitações no contexto.

Entretanto, a narrativa assumiu funções distintas entre os diferentes entrevistados. Ora o discurso acionado tomou a função de resignação, isto é, gerou

entre os sujeitos um sentido de conformidade diante de suas limitações e ora tomou a função de emponderamento, ou seja, a capacidade de realizar diversas ocupações e tarefas foi ressaltada como uma qualidade ou característica necessária nos tempos de hoje, onde encontrar um trabalho deixou de ser um meio de realização da satisfação pessoal e de distinção social.

Na maioria das entrevistas, à exceção dos casos de Dona Lurdes, Gabriela e Dona Rita, as trajetórias denotaram transição, tentativas, abandonos e reinícios na vida dos desempregados. A experiência do trabalho faz parte de suas trajetórias amplas de vida, mas como uma experiência significativa. Difícil dizer se determinante de todas as escolhas outras da vida, mas foi um dado que tem uma implicação para além do significado econômico estrito. Individualmente responsáveis, parcialmente responsáveis, as avaliações dos fatores que geraram suas situações diluíram-se e agregaram mais elementos, mas tudo isso enquadrou-se em uma dinâmica que racionalizavam: o *tempo* não pode parar e eles precisam continuar a responder aos desafios da subsistência.

3.3 Que mudanças objetivas podem ser atribuídas ao Sine nas trajetórias dos desempregados?

Conforme visualizou-se nos capítulos anteriores, a precarização dos postos de trabalho ou a inserção dos indivíduos no mercado informal contribuiu para criar uma fraca identificação com o trabalho. Essa situação confirmou-se em Santa Maria entre as pessoas que participaram da pesquisa, pois os anos dedicados às atividades informais e a instabilidade dos empregos formais foram determinantes para tornar a busca por emprego uma ação necessária à sobrevivência, mas destituída de recompensas a longo prazo.

Por conseguinte, neste momento do texto, procurou-se analisar as mudanças concretas nas experiências de trabalho dos indivíduos que procuraram o serviço de intermediação do SINE. Destacando características como a idade, a trajetória pelo mercado de trabalho e o grau de instrução, buscou-se apreender se os trabalhadores desempregados conseguiram ou não empregos e se essas ocupações foram importantes para sua construção identitária e inserção social.

Do total de 25 entrevistados, 9 conseguiram emprego pelo SINE. Em contrapartida, somente Jackson realizou um curso de pintura através do Sine, mas não conseguiu emprego assalariado nessa função.

Embora constatada a presença crescente de mulheres a procura de emprego, emancipando-se, apesar de parcialmente, do ambiente doméstico, a inserção permaneceu precária e em ocupações socialmente aceitas como femininas, geralmente, domésticas. Do mesmo modo, os homens aparecem em funções distintamente masculinas, na construção civil ou realizando serviços gerais.

Freqüentar o SINE a mais ou menos tempo não implicou o melhor desempenho na procura por emprego ou ganhos em termos de empregabilidade, pois conforme assinalado, anteriormente, somente um conseguiu emprego por essa via, conquanto conhecesse o SINE há bastante tempo. Paralelamente, a realização de cursos não representou o êxito imediato na inserção em atividades produtivas e assalariadas.

É necessário ressaltar, contudo, que a inserção de homens e mulheres deu-se em função das experiências prévias que tiveram pelo mercado de trabalho. Portanto, eles conseguiram tais vagas de emprego porque possuíam a qualificação necessária para isso e o SINE preencheu a função de estabelecer esse contato entre empregador e potencial empregado, haja vista que a efetivação do contrato e a permanência no emprego foge a qualquer responsabilidade por parte do SINE.

O que se está teorizando, porém, é que qualquer aspiração de ascensão ou mudanças ocupacionais elas, sim, não encontram respaldo em qualquer instituição de natureza pública no município. A trajetória de Carla, 26 anos, ensino fundamental incompleto e desempregada há um ano, por exemplo, tal como descrita em momentos anteriores desse texto, foi colocada em termos de precariedade, gozando de instabilidade nos empregos e baixos salários. Ao descrever como conheceu o SINE, a entrevistada salienta que há, aproximadamente, sete anos conhece o local, mas durante esse período, ainda, não conseguiu emprego por essa via. Nesse espaço de tempo, conseguiu outros empregos por intermédio da mãe e fez cursos recursos próprios. Realizou um curso de vigilante e, por isso, procurava um emprego nessa área.

Dona Cléia, 58 anos, ensino fundamental incompleto, também não conseguiu vaga pelo SINE e não fez cursos por essa via. Os encaminhamentos a entrevistas

de emprego foram sempre para trabalhos esporádicos, de faxina, por exemplo, que a informante, na primeira parte da sua narrativa, declarou que não é o que buscava.

Agora, mesmo, eu vim aqui no SINE já to com um aqui, eu sempre consigo de faxina, mas eu gosto mesmo é de trabalhar com a carteira assinada porque é uma segurança pra mim e pro meu patrão, a carteira assinada (DONA CLÉIA, 58 ANOS, ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO)

Todavia, a entrevistada assumiu que esse foi o único trabalho que pode conseguir, afinal, não sabe ler, portanto, nesse momento da sua vida a formalidade e a mobilidade social a partir do trabalho não faziam parte do seu discurso.

Olha, eu to procurando de empregada doméstica porque é a única coisa que eu [pausa] como eu não sei ler, eu acho que a única coisa que pode me dar, por enquanto, é de empregada doméstica, ou de faxineira, porque nessas alturas da minha vida qualquer coisa me serve, sabe (DONA CLÉIA, 58 ANOS, ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO).

Cláudia, 32 anos, ensino fundamental incompleto e desempregada há oito meses, passou a freqüentar o SINE, recentemente, cerca de quatro meses, segundo ela. Nesse período, passava pelo local, de duas a três vezes por semana, aproveitando os dias em que se dirigia aos cultos de sua Igreja. Conseguiu somente um trabalho de diarista, onde trabalhou três dias, recebendo, por isso, 15 reais. Declarou que não gostou do trabalho, principalmente, com os ganhos que auferiu, entendidos como uma forma de explorar.

Jaqueline, 45 anos, revelou, por outro lado, que a maioria dos empregos, com carteira assinada, que conseguiu foi através do SINE, tais como o de passadeira em uma lavanderia. Agora, encontra-se desempregada há quatro meses e procura qualquer tipo de emprego. Segundo ela, a freqüência ao SINE é quase diária, uma forma de conseguir as melhores vagas.

Rita, 66 anos, ensino fundamental incompleto, desempregada há seis meses, freqüenta o SINE há dois anos. Seu último trabalho foi conseguido através do SINE, de doméstica, sem carteira assinada, onde permaneceu por um ano, sendo demitida logo após: *“Quando eu consegui foi de doméstica, era meio turno, ganhava 200 reais. Daí foi bom, a gente pega um pouquinho de experiência. Daí, não deu certo. E tu ganha pouco e muita carga de serviço, daí não vale a pena.”*

Entre os homens, Alberto o mais escolarizado, freqüenta o SINE há três meses e, ainda, não conseguiu ocupação ou encaminhamento. Daniel, 31 anos, com ensino fundamental incompleto, desempregado há três anos e freqüentando o SINE há dois anos, também não conseguiu ocupação ou encaminhamento até o momento da entrevista.

Portanto, pode-se dizer que o SINE favoreceu a alguns pesquisados na sua reinserção no mercado mesmo em atividades esporádicas e sem proteção social, atuando como “intermediador” e propiciando a incorporação desses indivíduos em atividades produtivas, apesar dos reduzidos ganhos em termos de mobilidade no tocante a salário ou status ocupacional. Nesse sentido, também é válido destacar que o desempregado que vai à agência FGTAS/SINE não gera nenhuma expectativa de encontrar um emprego que corresponda a um ganho em termos de status, renda ou reconhecimento social. Há uma quase inexistência de discursos que ambicionam mobilidade social para si, apenas entre os mais jovens existe um modesto desejo de crescimento, dependente para eles da continuidade dos estudos.

Entretanto, raros foram os relatos de qualificação ou requalificação profissional por meio dessa via. Nos relatos em que a questão da qualificação apareceu, o indivíduo beneficiado se questionava o que fazer depois de qualificado, afinal, é experiência que o mercado demanda.

Ao analisar o quadro 2, em anexo, foi possível perceber que três situações se destacam, primeiro caso é o de Luciana, 18 anos, que conseguiu pelo SINE a ocupação de babá, sem carteira assinada, onde permaneceu durante um ano, a de Dona Rita, de 66 anos, que conseguiu a ocupação de doméstica, sem carteira assinada, meio turno e a de Cláudia que conseguiu de diarista, onde ficou somente três dias. O ponto comum a esses casos é o fato de Luciana ser uma das mais jovens, de dona Rita ser a de mais idade e Cláudia ter permanecido o maior período de tempo afastada do mercado de trabalho para se dedicar aos compromissos com a família, demonstrando que o fator etário e a perda de empregabilidade podem ser apontados como a explicação mais pertinente para justificar a precariedade de suas ocupações mais recentes ou a dificuldade de conseguir um novo emprego.

Tratando, especificamente, do caso de Luciana pode-se realçar o fato de que seus pais também não completaram o ensino fundamental. Sua mãe é doméstica, porém, encontrava-se desempregada quando da realização da entrevista. Seu pai

trabalhava como autônomo auferindo uma renda de 800 reais. Essa renda garantia o sustento da família constituída por quatro pessoas.

Luciana narrou uma trajetória de abandonos e recomeços nos estudos, quando via que não alcançar a média necessária para passar de ano desistia e voltava a procurar trabalho. A maioria dos seus trabalhos foram sem carteira assinada e nas mesmas ocupações de doméstica e babá.

Os motivos para a saída dos trabalhos são recorrentes em todas as falas e partiram, na maioria dos casos, dos próprios desempregados. Esse é um dado relevante porque acreditava-se que encontrar-se-ia uma outra realidade na qual as demissões emanassem, prioritariamente, dos empregadores.

A informante, por exemplo, relatou o seguinte:

Eu sai mais pelo motivo de assim [pausa] um pouco de abuso deles, porque eu dava muita atenção pra eles e eu não tinha tempo pra mim, às vezes, eu tinha que sair pra pagar uma conta e não podia porque eu só tinha folga aos domingos [...] às vezes, tava muito cansada, porque fazer as duas coisas ao mesmo tempo [trabalhar como babá e empregada doméstica] cansa bastante, então, acabou de se provalecendo de modo de eu não ter tempo pra mim [...] eu passava 24 horas trabalhando e muitos amigos meus, assim, “Ah, mas tu tá muito sumida, minha mãe, meu pai [pausa] (LUCIANA, 18 ANOS, ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO)

Agora, que está desempregada, Luciana optou por ficar mais em casa, para ajudar sua mãe nas tarefas domésticas e cuidar do seu irmão. Portanto, sua sociabilidade limita-se ao universo familiar, na medida em que reitera as conseqüências negativas do excesso de trabalho para manter o contato com os amigos.

O início da sua vida produtiva deu-se aos 13 anos, onde começou trabalhando como babá, próximo a sua casa e, a seguir, reproduziu a mesma trajetória dos pais galgando ocupações pouco remuneradas, sem carteira assinada e com excessiva carga de trabalho. A impossibilidade de continuar os estudos foi atribuída, justamente, a falta de tempo para freqüentar os bancos escolares.

Nesse sentido, sua opção foi a educação à distância, duas vezes por semana, isso quando era liberada pelos patrões. Nas suas palavras:

Por causa que sem estudo, hoje, a gente não anda pra frente, porque, geralmente, dão mais privilégio pra quem tem mais estudo, tu pode ter todos os cursos, mas quando tu chega lá sempre falta alguma coisa. [...] tem muita gente que não terminou os estudos, aí não adianta ficar procurando porque não conseguimos por causa disso [...] (LUCIANA, 18 ANOS, ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO)

O estudo é importante em sua vida, mas a necessidade de trabalhar minou suas expectativas e planos com relação a essa esfera. Desse modo, percebe-se a dificuldade que essas pessoas possuem em mobilizar recursos culturais, econômicos e sociais que permitam introduzir mudanças qualitativas em suas relações de trabalho.

Cláudia, por exemplo, consiste em um exemplo que, ainda, hoje, visualiza-se com freqüência relativo ao abandono do trabalho para cuidar da casa e dos filhos e o difícil retorno, quase que impraticável.

3.4 Representações sobre o SINE: a instituição sob o “olhar” dos desempregados

A primeira questão que norteou este tópico consistiu em evidenciar se os sujeitos atribuem a sua inserção no mercado à relação estabelecida com o SINE e se, nesse sentido, visualizam tal instituição como responsável por assegurar sua assistência no tempo de desemprego e através de que modo. Assim, vários aspectos foram analisados como a experiência temporal com o SINE, a iniciativa dos entrevistados em procurá-lo como recurso e as representações construídas a respeito dessa instituição.

Nos vários estudos que realizou na região metropolitana de São Paulo, Guimarães (2004) constatou que as redes sociais constituídas por instituições basilares na formação dos indivíduos, como a família, passando pela vizinhança até chegar aos espaços impessoais como as agências privadas de intermediação são as mais acionadas como a forma de obter um emprego.

Dessa forma, indagou-se se, em Santa Maria-RS, os indivíduos representam ou percebem o SINE como uma instituição “protetora” e acionadora de mecanismos

que podem atuar como facilitadores na sua inserção ou reinserção em atividades produtivas, haja vista a grande circulação de pessoas no local.

Como vimos na discussão anterior, poucos pesquisados realizaram cursos de qualificação através do SINE e quando o fizeram não sabiam o que fazer com a requerida qualificação, pois a experiência em carteira é o que, na sua visão, determina, em primeira instância, a inserção no mercado.

Muitos pesquisados alegaram conhecer o SINE há mais de vinte anos, embora a freqüência mais efetiva tenha se limitado aos últimos seis, sete anos. Quando interrogados sobre como definiriam o SINE, a maioria dos entrevistados pontuou aspectos como a procura de emprego, um lugar que tem várias oportunidades, um lugar que conhece onde estão localizadas as vagas, um lugar que encaminha trabalhadores.

O que mais chamou a atenção em tais relatos foi justamente a ausência, principalmente, entre aqueles que conhecem a instituição a mais tempo de sequer citar a presença de cursos de qualificação no local. Cabe lembrar que, a partir da década de 1980, o formato das políticas de emprego mudou, assim como suas formas de financiamento, suas atividades de planejamento e suas metas calcadas em extinguir o desemprego de curta duração. A meta a ser atingida, desse modo, ultrapassava a intermediação e incorporava a assistência contínua do desempregado, garantindo recursos financeiros e ativos indispensáveis para sua reinserção, mantendo-o, sempre, “empregável”.

Entretanto, os informantes também não acionaram um discurso de culpabilização do SINE por sua condição de desemprego, ao contrário, todos os discursos encontravam-se atrelados a causas individuais e a procura por ocupações mesmo que precárias sempre se resolveram no âmbito privado. Portanto, acredita-se que o fenômeno que Giddens denomina como “individualização dos riscos sociais” é oportuno para descrever a situação atual daqueles que demandam por ocupações através do SINE, pois se trata de sujeitos que assumiram a procura por emprego como dependente de estratégias que não passam pela entidade, em primeira instância. Inicialmente, o SINE é apenas o intermediário, aquele que oportuniza esse encontro/contacto com o empregador, mas, via de regra, não assume nenhuma outra responsabilidade na ótica dos entrevistados. A busca por empregabilidade, entendida como a realização de cursos de qualificação ou

requalificação profissional ou o exercício de ocupações efetivas ou com maior “*status*” são buscadas por outros meios, amigos, vizinhos, antigos patrões.

Porém, o fato de agregar variados serviços de assistência ao desempregado foi uma questão bastante ressaltada de forma positiva pelos sujeitos da pesquisa permitindo otimizar seu tempo e gerando um sentido de acolhimento no momento do desemprego.

Por conseguinte, o conhecimento partilhado e expresso por meio das condutas e formas de comportamento que seria assumir para si a responsabilidade por descobrir ou mobilizar ativos que possibilitem essa reentrada no mercado de trabalho formal harmoniza-se com o discurso hegemônico que perpassa as instituições do mercado de trabalho e os principais atores envolvidos no debate público acerca das causas do desemprego atual, o qual demanda uma atitude pró-ativa do desempregado.

Em Santa Maria-RS, por exemplo, entre 2009 e 2010, as reportagens sobre emprego no município realizadas com representantes da FGTAS/SINE apontaram a falta de qualificação dos trabalhadores como a principal justificativa do desemprego.

De acordo com a reportagem de Rosauo (2010), no primeiro semestre de 2010, foram ofertadas 1.380 vagas de trabalho pelo sistema de intermediação, no município. No entanto, somente foram preenchidos 439 postos de trabalho. Segundo as funcionárias responsáveis pelo setor de captação de vagas a dificuldade para preencher tais vagas é decorrente da falta de compromisso e interesse dos desempregados, já que a quantidade de retorno, isto é, do número de pessoas que voltam a agência do SINE após terem sido encaminhados chega a 2.616 atendimentos. Conforme tais funcionárias, aqueles que conseguem uma vaga permanecem por poucos dias ou até completar seis meses com o objetivo de receberem o seguro-desemprego.

Além disso, salientam que a maior dificuldade consiste em preencher as vagas que demandam maior qualificação, ao contrário das ocupações de servente, doméstica e auxiliar de serviços gerais, por exemplo, para as quais existe uma ampla oferta e também uma ampla demanda de mão-de-obra. No primeiro semestre de 2010, foram preenchidas apenas 439 vagas de emprego para um total de 7.822 pessoas que procuraram o local nesse período.

Em 2009, constatou-se um aumento no número de pessoas a procura do seguro-desemprego no município. Segundo Rosauo (2009), foram registrados

1.454 pedidos nos dois primeiros meses do ano, representando um acréscimo de 28,3% em relação ao mesmo período de 2008. Entre janeiro de 2009 e janeiro de 2010, o crescimento dos pedidos de seguro-desemprego chegou a 47%.

Já em uma reportagem de fevereiro de 2009¹³, a redução de postos de trabalho na construção civil e no comércio foi apontada pelo SINE como a principal causa do desemprego no período. Em entrevista ao jornal “A Razão”, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Cirlon Moreira, afirmou que faltam trabalhadores nesta área, em função do desgaste da mão-de-obra devido, principalmente, a idade e a falta de investimento em qualificação. Para tanto, os empresários do setor estão investindo em cursos ofertados pela própria empresa. Em entrevista ao mesmo jornal, o presidente do Sindicato dos Lojistas de Santa Maria (Sindilojas) destacou que os clientes estão mais exigentes o que demanda profissionais bem preparados para lidar com o público.

Em 2010, podemos citar projetos, no Rio Grande do Sul, envolvendo parcerias entre o MTE - Ministério do Trabalho e Emprego e os governos estaduais na promoção de planos de capacitação profissional. O setor privilegiado é a construção civil, onde jovens terão a oportunidade de aprender profissões por meio do Programa Projovem Trabalhador – um programa que visa preparar jovens de 18 a 29 anos provenientes de famílias que ganham até um salário mínimo para o mercado de trabalho ou para o exercício de ocupações que geram renda. Portanto, são dois programas de capacitação profissional, o Planseq Construção Civil e o Projovem.

Através desses convênios para a execução dos Planseqs deverão ser beneficiados mais de 19 mil trabalhadores em segmentos da Construção Civil, Economia Solidária, Naval e Microcrédito Produtivo Orientado. Seu objetivo principal será proporcionar a mão-de-obra local formação profissional para facilitar sua entrada no mercado de trabalho. São planos setoriais de qualificação que foram estabelecidos em novembro de 2004 como parte das ações do Plano Nacional de Qualificação, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Dessa forma, é possível notar que as parcerias mediante a descentralização das ações de emprego continuam sendo operacionalizadas, por meio de planos de qualificação e parcerias com empresas, onde o foco central são os setores de menor

¹³ ROSAURO, M. In: Jornal A Razão.

qualificação e, principalmente, visando o público mais jovem. Em reportagem do Ministério do Trabalho e Emprego, o próprio enunciado reafirma a importância dessas parcerias *“Parceria com prefeituras garante operacionalidade”*. Nesta reportagem, divulgou-se a transferência da operação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, em 2005, para a Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul¹⁴.

Tal proposta de descentralização foi justificada pela possibilidade de ampliar a participação de comunidades de municípios, nas quais não existem agências do SINE ou subdelegacias, nesses programas.

De acordo com a coordenadora do Plano Nacional de estímulo ao Primeiro Emprego, Denise González, essa estrutura permite potencializar os contatos e a intermediação de vagas entre os empresários e jovens, já que as prefeituras conhecem a natureza, o porte e a vocação social de cada empresa. Divulgou, ainda, que tal parceria foi firmada com 85 prefeituras.

Além disso, cabe destacar que todo discurso com referência à instituição (SINE) foi realizado de forma impessoal, uma vez que a tratavam como aquela que faz o cruzamento de dados acerca do perfil das vagas e do perfil dos desempregados e encaminha de acordo com tais elementos *“É o local onde te oferecem várias oportunidades, tu tem que se encaixar no perfil deles e eles buscam a tua vaga (Gabriela, 47 anos)”*; *“[...] Um meio de arrumar emprego, mas eu não entendo, porque tenho tentado umas quantas vezes e não dá [...] eles é que escolhem, talvez seja isso que não dá certo (Cláudia, 32 anos)”*. Saliendam que o perfil do desempregado deve “se encaixar” no perfil deles (vagas/SINE), e não o contrário. Isso depreende que a iniciativa de criar “mecanismos de encaixe” parte dos trabalhadores que devem buscar isso, previamente, e através de outras vias.

Além disso, as ações desencadeadas no/ou pelo SINE não são concebidas como reflexos de políticas governamentais, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Apesar da instituição conservar na sua natureza e rotinas essas duas

¹⁴ O Plano Nacional de estímulo ao Primeiro Emprego faz parte de um conjunto de políticas promovidas pelo Governo Federal voltadas ao público mais jovem. O programa incentiva as empresas a contratarem jovens entre 16 e 24 anos, faixa que concentra um número maior de desempregados. Ver mais informações no sítio eletrônico: <http://www.mte.gov.br/sgcnoticia.asp?IdConteudoNoticia=7188&PalavraChave=infantil>

dimensões, a de ser um organismo de gestão de mão-de-obra (econômico), ao mesmo tempo em que mantém uma profunda conexão com o mundo da política, a primeira dimensão prevaleceu no discurso dos entrevistados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação procurou avaliar a instituição SINE e o sistema nacional de emprego por meio das representações do indivíduo desempregado que busca os serviços da instituição. Parcialmente, foi possível observar e analisar o sistema de emprego do país sob a ótica do indivíduo desempregado. O SINE consolidou-se ao longo dos anos como entidade focada nos objetivos de inserção do trabalhador com baixa instrumentalização para participar do mercado de trabalho, aquele tipo humano que tem transitado entre o mundo informal do trabalho — com suas experiências sempre ambíguas, ora o benefício de uma renda maior relativamente ao mundo do trabalho formal, ainda que com um status menor; ora, o contrário, em que o mundo informal é pleno de negatividades, seja no quesito “renda”, seja no quesito “status” — e o mundo formal e precário. Elementos e conteúdos sistêmicos escapam às percepções dos indivíduos que vivem suas trajetórias tomando a si próprios como os únicos responsáveis pelos resultados que obtém.

A realidade, porém, como o conjunto de relações sociais também revelou tensões, conflitos e contradições na produção de sentidos. Conforme visto, a experiência com o trabalho produziu narrativas de resignação, mas também narrativas de emponderamento, que justificaram a tendência de esperar ou acionar ocupações informais que permitissem aumentar as chances de inserção ou reinserção correspondentes à demanda do mercado.

Em outros termos, percebeu-se a relevância de dois tipos de discurso. Um deles justificava a situação de desemprego através de argumentos individuais, isto é, a falta de trabalho como o efeito de escolhas erradas feitas durante a vida. O outro tipo de discurso privilegiava a importância da experiência acumulada nos muitos e diferentes trabalhos precários. Esse saber-fazer criou entre os indivíduos uma espécie de identidade social partilhada, de pessoas que na ausência do auxílio institucional não se limitaram ao conformismo. Ao contrário, criaram alternativas frente à ausência do emprego assalariado.

Nas representações dos pesquisados, poucas vezes, ganhou forma os extremos do trabalho como “meio para um fim” e o trabalho como “um fim em si mesmo, como um valor”. Esses conteúdos encontraram-se imersos e diluídos em uma totalidade/unidade que constitui a visão de suas vidas numa trajetória que compreende outros elementos significativos, além do mundo do trabalho.

Contudo, o trabalho em si ganha a forma dos extremos e, também, a forma da síntese. Os indivíduos eram jovens e velhos, no início da vida produtiva e no fim de uma jornada econômica produtiva, que vão ao SINE, como a outras instâncias, em um processo de busca de soluções para seus desafios adaptativos ao mundo do trabalho. Verificou-se a recorrência de uma trajetória da esfera impessoal baseada nas escolhas pelas instituições públicas até o retorno às formas pessoais de solução dos dilemas do desemprego (família, comunidade).

Os governos e o Estado não aparecem como variáveis da equação do emprego feita pelos entrevistados. Por isso, resta um julgo muito pesado sobre os seus ombros, pois toda a boa e má sorte nas tentativas de (re) inserção no mundo do trabalho tornou-se de responsabilidade individual, obrigando seu retorno ao mundo mais cooperativo da família. Por conta disso, a dimensão de uma estrutura de oportunidades que, objetivamente, nunca lhes alcançou não teve lugar em sua equação subjetiva.

Em contrapartida, foi possível perceber que o SINE constitui para os indivíduos uma instituição importante de assistência ao trabalhador desempregado, pois o visualizam como a única alternativa que possuem para facilitar o acesso a uma ocupação. Tal instituição, contudo, não foi acionada ou representada pelos entrevistados como pertencente a uma das esferas governamentais – federal, estadual ou municipal - ou como uma entidade que tem como objetivo capacitar o trabalhador desempregado para seu retorno ao mercado.

Desse modo, percebeu-se na experiência desses trabalhadores, objeto da presente pesquisa, que a descentralização na operacionalização das atividades do SINE teve o efeito oposto, uma vez que ao invés de torná-los mais participativos e simbolicamente mais protegidos perante a dimensão institucional, levou a disseminação de condutas individualistas, onde a preocupação central constituiu-se em cuidar da própria vida e isolar-se no âmbito doméstico, galgando atividades suficientes à sobrevivência.

Objetivamente, a mobilidade social pela via do trabalho não alcançou os trabalhadores desempregados, alvo da pesquisa. Ao mesmo tempo, a participação em cursos de qualificação pelo SINE ou através de outras vias não facilitou a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho formal, obrigando-os a permanecer na informalidade.

A opção pelo SINE deu-se, prioritariamente, pela natureza pública da entidade. Apesar da instituição conservar na sua natureza e rotinas essas duas dimensões, a de ser um organismo de gestão da mão-de-obra (econômico), ao mesmo tempo em que mantém uma profunda conexão com o mundo da política, a primeira dimensão prevaleceu no discurso dos desempregados.

Ir até o SINE pressupôs, via de regra, o reconhecimento de uma determinada situação social de exclusão, na qual o indivíduo reconhece a si mesmo e a outros que acionam o mesmo local como pertencentes a um mesmo estrato da sociedade e como portadores de um determinado estatuto sócio-econômico – de excluídos.

O fato de compartilharem a mesma trajetória de precariedade os aproximou do ponto de vista objetivo. A negação do trabalho e de sua dimensão social foi uma constante no discurso dos entrevistados. Conseqüentemente, a realização de êxito para estes desempregados depende do trabalho, mas não se encontra, estritamente, relacionada a essa esfera. A dimensão social que mais valorizam é a família e seus planos materiais estão ligados à necessidade de manutenção e reprodução dessa unidade nuclear.

Portanto, a dissertação trouxe dados importantes para problematizar as questões sociológicas sobre o trabalho, uma vez que incluiu relatos em que a dimensão social do trabalho reapareceu, estruturando e dando sentido a muitas experiências de vida, mas também experiências concretas em que o trabalho assumiu apenas uma função estritamente econômica. Dessa maneira, ambas as percepções foram reproduzidas pelos indivíduos excluídos do mercado de trabalho formal, demonstrando a diversidade simbólica do trabalhador desempregado em Santa Maria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas: Cortez, 2000.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BOURDIEU, P. **Distinção**. Crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 1-100.

CACCIAMALI, M. *et alli*. "Sistema Nacional de Emprego: desempenho interestadual". In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p.169 -192.

CARDOSO, C. *et alli*. **Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td001237.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2009.

CASTEL, R. **La inseguridad social: ¿Qué es estar protegido?** Buenos Aires: Manantial, 2004. p 1-120.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DIAS, M. **Geração de emprego, renda e política de qualificação nacional: elementos para uma análise no Estado do Pará**. Disponível: <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/segundosimposio/mariadocarmodasilvadias.pdf>. Acesso em: setembro de 2010.

DUBAR, C. **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos.** (trad.) Alain François. Educação e Sociedade, n°. 62, Campinas, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000100002
Acesso em: 15 out. 2009.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e futuro do capitalismo.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Companhia editorial Nacional, 1987.

_____. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica.** São Paulo: Nacional, 1980.

FINE, M. *et al.* Para quem? Pesquisa qualitativa, representações e responsabilidades sociais. In: DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y.S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** (trad.). NETZ, S. R.: Porto Alegre: Artmed, 2006. pp. 115-139.

FUNDAÇÃO GAÚCHA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/fat/historico.asp>. Acesso em: 05 junho de 2010.

FURTADO, M. **políticas públicas de educação profissional e emprego: os (des) encontros entre estado, educação profissional e mercado de trabalho.** Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/vcongresso75.pdf>. Acesso em: setembro de 2010.

GERGEN, M.M. & GERGEN, J.K. Investigação qualitativa: tensões e transformações In: DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y.S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** (trad.). NETZ, S. R.: Porto Alegre: Artmed, 2006. pp. 367-389.

GIDDENS, A. **Sociologia.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, 2007.

GUIMARÃES, N. **Desemprego. Abordagens institucional e biográfica. Uma comparação Brasil, França, Japão.** Relatório Final do auxílio CNPq 469792-00, São Paulo, 2003. Disponível em: <[http://www. fflch.usp.br/sociologia/nadya](http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya). Acesso em: 02 dez. 2009.

_____. À procura de trabalho: desempregado, demandante de trabalho, candidato. In: Relatório Final CNPq. **À procura de trabalho: Instituições de intermediação e redes sociais na saída do desemprego – São Paulo numa perspectiva comparada.** São Paulo, 2007. Disponível em: <[http://www. fflch.usp.br/sociologia/nadya](http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya)> Acesso em: 10 nov. 2009.

_____. **Empresariando o trabalho: os agentes econômicos da intermediação de empregos, esses ilustres desconhecidos.** In: Revista Dados, n.2. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://www. scielo.br/scielo.php?script=sci_ arttext&pid=S0011525820080000200003&lng=pt&mr m=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011525820080000200003&lng=pt&mr m=isso)>. Acesso em: 25 mar. 2009.

IBGE. Censo demográfico. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 24 de junho de 2010.

MDT. **Estrutura e apresentação de monografias.** Santa Maria: UFSM, 2006.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Petrópolis: Vozes, 2003.

OFFE, C. Trabalho: categoria sociológica chave?. In: **Capitalismo desorganizado.** São Paulo: Brasiliense, 1989. p.13-41.

OFFE, C.; HINRICH, K. “Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder” In: **Capitalismo desorganizado.** São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 43-81.

PICANÇO, F. **O Brasil que sobe e desce:** uma análise da mobilidade socioocupacional e realização de êxito no mercado de trabalho urbano. In: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n2/a06v50n2.pdf>>. Acesso em: 10 mar.2009.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: Cortez, 2002.

POUPART, J. M. *et alli*. A entrevista de tipo qualitativo: Considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. (trad.). NASSER, A.C. Petrópolis: Vozes, 2008. pp. 215-253

RIVERO, P.S. **Escolhendo entre fragmentos: Qual trabalho seria melhor sendo eu...?** Um estudo dos processos de informalização no Rio de Janeiro. 2000. 201f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

ROSAURO, M. **Falta mão-de-obra especializada**. A RAZÃO, Santa Maria, 02. Jun.2010. Disponível em: <http://www.arazao.com.br/2010/06/02/falta-mao-de-obra-especializada/>. Acesso em: 24 de junho de 2010.

_____. **Desemprego assombra a região**. A RAZÃO, Santa Maria, 26 fev. 2009. Disponível em: <http://www.arazao.com.br/2010/06/02/falta-mao-de-obra-especializada/>. Acesso em: 24 de junho de 2010.

_____. **Invista em qualificação**. A RAZÃO, Santa Maria, 27 fev. 2009. Disponível em: <http://www.arazao.com.br/2010/06/02/falta-mao-de-obra-especializada/>. Acesso em: 24 de junho de 2010.

_____. **Filas no Sine vão acabar**. A RAZÃO, Santa Maria, 09. abr. 2009. Disponível em: <http://www.arazao.com.br/2010/06/02/falta-mao-de-obra-especializada/>. Acesso em: 24 de junho de 2010.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SORJ, B. **Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.43, 2000. pp. 25-34. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092000000200002&script=sci_arttext. Acesso em: jan. 2009.

TAVARES, M. C. Problemas de médio e longo prazos do desenvolvimento brasileiro. In: **Cadernos do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, n. 2-1, dez. 2006.

ANEXO

Anexo A. Termo de Consentimento Informado.**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Santa Maria, ____ de _____ de 2009.

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Prezado (s),

Eu, Ana Paula de Lima Rodrigues, mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria, matrícula nº 2860766, venho através deste documento solicitar consentimento para a realização de processo investigativo relativo à dissertação de mestrado. Essa pesquisa tem como objetivo apreender as dinâmicas sociais dos sujeitos na busca pela integração no mundo do trabalho e as mudanças objetivas e subjetivas ou simbólicas em suas trajetórias sócio-ocupacionais que podem ser atribuídas à ação do SINE. Pretende-se, dessa maneira, estabelecer uma discussão acerca do processo de legitimação ou adesão dos pesquisados, público-alvo das ações do sistema de intermediação de mão-de-obra em Santa Maria, haja vista as transformações sociais, econômicas e políticas que perpassam a esfera do trabalho, que tem refletido na configuração do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, levando, entre outras coisas, a descentralização das políticas sociais no campo do trabalho e a participação de outros agentes sociais, representados por Estados, Municípios e outras entidades da sociedade civil. Para tanto, necessito de informações a respeito de pessoas que conseguiram uma ocupação por meio deste sistema de intermediação de mão-de-obra e de desempregados que freqüentam o local, para a aplicação de entrevistas.

Desde já agradeço.

Ana Paula de Lima Rodrigues (Mestranda)

João Vicente R. B da Costa Lima
Coordenador do curso e orientador

SINE/FGTAS

Anexo B. Roteiro de entrevista.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

BLOCO 1. CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DOS ENTREVISTADOS

- Q1.** Idade
- Q2.** Escolaridade
- Q3.** Ocupação
- Q4.** Estado civil
- Q5.** Bairro onde mora

BLOCO 2. CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA

- Q6.** Agora, fale sobre as pessoas que moram na casa, tratando de questões sobre parentesco, idade e escolaridade.
- Q7.** Quantas pessoas trabalham e em que ocupação. Fale sobre as características desta ocupação.
- Q8.** Qual a renda da família ou, em caso de morar sozinho, qual a renda do entrevistado

BLOCO 3. TRAJETÓRIA SÓCIO-OCUPACIONAL DOS ENTREVISTADOS

→ Pessoas que fazem “bicos”

- Q9.** Primeiramente, gostaria que você falasse sobre o trabalho que realiza atualmente **(NÃO LER PARA O ENTREVISTADO --- onde é (centro/periferia, ganha quanto, que tipo de atividade, como está organizada a rotina de trabalho,...)**
- Q10.** De que forma os ganhos obtidos pelo seu trabalho contribuem para o seu sustento e/ou de sua família?
- Q11.** Há quanto tempo realiza essa atividade?
- Q12.** Como conseguiu esse trabalho?

Q13. Você se identifica com o trabalho que realiza?

Q14. Por quê?

Q15. Preciso que você explique como eram os empregos e/ou trabalhos que teve ao longo da vida e como chegou a esta ocupação que tens agora (**NÃO LER PARA O ENTREVISTADO --- qualificações exigidas, ganhos destes trabalhos, tipo de atividade**)

Q16. Destaque as vantagens e desvantagens dos trabalhos e/ou empregos que você já teve

BLOCO 4. EXPERIÊNCIAS COM O DESEMPREGO (NÃO LER PARA O ENTREVISTADO --- pessoas que realizam bicos)

Q17. Durante sua vida profissional, qual foi o maior período de tempo que ficou desempregado?

Q18. O que costuma fazer nestas situações de desemprego?

Q19. Fale de que maneira está organizada sua rotina? O que você tem feito?

Q20. O que se imagina fazendo daqui a cinco anos? Por quê?

Q21. Qual a importância que o trabalho tem na sua vida?

BLOCO 3. TRAJETÓRIA SÓCIO-OCUPACIONAL DOS ENTREVISTADOS E EXPERIÊNCIAS COM O DESEMPREGO

→ Desempregados

Q22. Fale sobre sua última ocupação? Descreva como era esse trabalho, quanto tempo ficou com ou sem carteira assinada.

Q23. Fale sobre os motivos pelos quais saiu dessa ocupação?

Q24. O que você tem feito agora que está desempregado (a)?

Q25. O que significa para você estar desempregado (a)?

Q26. Preciso que você explique como eram os empregos que teve ao longo da vida e como conseguiu esses empregos.

Q27. Durante sua vida profissional qual foi o maior período de tempo que ficou desempregado?

Q28. O que costuma fazer nestas situações de desemprego?

Q29. O que se imagina fazendo daqui a cinco anos? Por quê?

Q30. Qual a importância que o trabalho tem na sua vida?

BLOCO 4 - A RELAÇÃO DO DESEMPREGADO COM O SINE

Agora, as perguntas procurarão compreender a relação dos entrevistados com o SINE, visando saber sua opinião e experiências com ele.

Q31. De que forma você conheceu o SINE?

Q32. A partir de que momento você procurou o SINE e por quê?

Q33. Quando você fez o cadastro?

Q34. Para você, o que é o SINE?

Q35. Conseguiu alguma ocupação por meio do SINE? Fale sobre ela.

Q36. Descreva qual a sua frequência de visitas e se participa ou participou de alguma atividade nesse local.

Q37. Fale sobre as iniciativas que teve para conseguir uma ocupação?

Q38. Costuma usar os serviços de outras agências de intermediação de mão-de-obra?

Q39. Como foi essa experiência?

Descrição dos entrevistados

Maria, 55 anos, casada, ensino fundamental incompleto, última ocupação: cozinheira com carteira assinada, tempo de desemprego: 6 meses.

Luciana, 18 anos, solteira, ensino fundamental incompleto, última ocupação: babá sem carteira assinada, tempo de desemprego: 9 meses.

Rita, 66 anos, casada, ensino fundamental incompleto, última ocupação: doméstica sem carteira assinada, tempo de desemprego: 6 meses.

Gabriela, 47 anos, solteira, ensino médio completo, última ocupação: doméstica com carteira assinada, tempo de desemprego: 2 meses.

Dona Isaura, 65 anos, solteira, ensino fundamental incompleto, última ocupação: doméstica com carteira assinada, aposentada.

Cláudia, 32 anos, casada, ensino fundamental incompleto, última ocupação: diarista, sem carteira assinada, tempo de desemprego: 8 meses.

Jaqueline, 45 anos, separada, ensino fundamental incompleto, última ocupação: cozinheira de uma firma terceirizada com carteira assinada, tempo de desemprego: 4 meses.

Carla, 26 anos, casada, ensino fundamental incompleto, última ocupação: doméstica com carteira assinada, tempo de desemprego: 1 ano.

Dona Lurdes, 63 anos, separada, pós-graduação, última ocupação: professora da rede pública e particular, aposentada há dois anos.

Dona Cléia, 58 anos, separada, ensino fundamental incompleto, última ocupação: acompanhante de idosos sem carteira assinada. Tempo de desemprego: uma semana.

Luíza, 23 anos, solteira, faz magistério, última ocupação: doméstica com carteira assinada, tempo de desemprego: 8 meses.

Juliana, 16 anos, solteira, ensino fundamental incompleto, última ocupação: babá sem carteira assinada, tempo de desemprego: 1 ano.

Saulo, 20 anos, ensino fundamental incompleto, última ocupação: entregador de jornal, com carteira assinada, tempo de desemprego: 6 meses.

Anderson, 20 anos, solteiro, ensino médio incompleto, nunca trabalhou.

Daniel, 31 anos, solteiro, ensino fundamental incompleto, última ocupação: manobrista em um estacionamento, tempo de desemprego: 3 anos.

Paulo, 23 anos, solteiro, ensino médio completo, última ocupação: entregador de jornal, com carteira assinada, tempo de desemprego: 4 meses.

Alberto, 47 anos, casado, terceiro grau completo, advogado.

Fabiano, 24 anos, solteiro, ensino médio incompleto, última ocupação: porteiro, com carteira assinada, tempo de desemprego: 1 mês.

Eduardo, 47 anos, casado, ensino fundamental incompleto, última ocupação: serviços gerais, sem carteira assinada, tempo de desemprego: 7 meses.

Pedro, 47 anos, casado, ensino fundamental incompleto, última ocupação: carpinteiro, tempo de desemprego: 6 meses.

Jackson, 45 anos, solteiro, ensino médio completo, última ocupação: ajudante de gráfica, com carteira assinada, tempo de desemprego: 2 anos.

João, 45 anos, casado, ensino médio completo, última ocupação: segurança, com carteira assinada, tempo de desemprego: 4 meses.

Marcos, 26 anos, solteiro, ensino médio completo, última ocupação: controlador de produção, com carteira assinada, tempo de desemprego: 15 dias.

Mário, 47 anos, casado, ensino fundamental incompleto, última ocupação: pintor com carteira assinada, tempo de desemprego: um mês.

Rafael, 40 anos, solteiro, ensino médio completo, última ocupação: auxiliar de eletricitista com carteira assinada, tempo de desemprego: 1 ano.

Anexo D. QUADRO 3. SINOPSE: CARACTERÍSTICAS SÓCIO-OCUPACIONAIS DOS ENTREVISTADOS E OCUPAÇÕES ADQUIRIDAS VIA SINE.

Nome do entrevistado	Idade	Escolaridade	Última Ocupação	Salários	Ocupação via SINE	Salário	Tempo de permanência	Cursos
Saulo	20 anos	E.F.I	Entregador de jornal C.A	Um salário	PEDREIRO C.A	UM SALÁRIO	1 MÊS	NÃO
Rafael	40 anos	E.M.C	Auxiliar de eletricitista C.A	Um salário	ELETREICISTA C.A	UM SALÁRIO	8 MESES	NÃO
Jackson	25 anos	E.M.C	Ajudante de gráfica S.C.A	Um salário	SERVENTE DE OBRAS C.A	UM SALÁRIO	3 MESES	PINTURA
Eduardo	47 anos	E.F.I	Serviços gerais S.C.A	Um salário	SERVIÇOS GERAIS C.A	UM SALÁRIO	11 MESES	NÃO
Luciana	18 anos	E.F.I	Babá S.C.A	Meio salário	DOMÉSTICA S.C.A	UM SALÁRIO	12 MESES	NÃO
Dona Isaura	65 anos	E.F.I	Doméstica C.A	Um salário	ACOMPANHANTE DE IDOSOS C.A	UM SALÁRIO	12 MESES	NÃO
Rita	66 anos	E.F.I	Doméstica S.C.A	Um salário	DOMÉSTICA S.C.A	MEIO SALÁRIO	12 MESES	NÃO
Jaqueline	45 anos	E.F.I	Cozinheira C.A	Um salário	LAVANDEIRA C.A	UM SALÁRIO	12 MESES	NÃO
Cíudia	32 anos	E.F.I	Diarista S.C.A	15 REAIS	DIARISTA S.C.A	15 REAIS POR LIMPEZA	TRÊS DIAS	NÃO

Legenda: E.F.I = Ensino fundamental incompleto; E.M.C = Ensino médio completo; C.A = CARTEIRA ASSINADA; S.C.A= SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA.

Anexo E. Termo de consentimento informado (desempregados)**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Eu _____ autorizo, Ana Paula de Lima Rodrigues, a utilizar as informações prestadas por mim em sua dissertação de mestrado desde que minha identidade seja mantida em sigilo.

Santa Maria, ____ de _____ de 2010.

Anexo F. Decreto-lei nº. 76.403 de 08/10/1975 de criação do SINE – Sistema Nacional de Emprego

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Emprego - SINE sob a coordenação e supervisão do Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Emprego e Salário.

Art. 2º Integram o SINE: a Secretaria de Emprego e Salário, os serviços e agências federais de emprego, os sistemas regionais de emprego e as agências, núcleos, postos ou balcões de emprego, públicos ou particulares, em todo o território nacional.

§ 1º A Secretaria de Emprego e Salário funcionará como órgão central e os serviços e agências federais de emprego como órgãos setoriais do SINE.

§ 2º O Ministério do Trabalho baixará instruções para o registro, o funcionamento e a articulação dos órgãos integrantes do Sistema.

Art. 3º Constituem objetivos do SINE:

I - organizar um sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho, capaz de subsidiar a operacionalização da política de emprego, em nível local, regional e nacional;

II - implantar serviços e agências de colocação em todo o País, necessários à organização do mercado de trabalho;

III - identificar o trabalhador, por meio de Carteira de Trabalho e Previdência Social, como participante da comunidade brasileira de trabalho;

IV - propiciar informação e orientação ao trabalhador quanto à escolha de emprego;

V - prestar informações ao mercado consumidor de mão-de-obra sobre a disponibilidade de recursos humanos;

VI - fornecer subsídios ao sistema educacional e ao sistema de formação de mão-de-obra para a elaboração de suas programações;

VII - estabelecer condições para a adequação entre a demanda do mercado do mercado de trabalho e a força de trabalho em todos os níveis de capacitação.

Art. 4º Na organização e progressiva implantação do SINE terão prioridade:

- a) as alternativas mais favoráveis à absorção da força de trabalho disponível ou potencial, especialmente para o caso de projetos prioritários de desenvolvimento;
- b) o desenvolvimento de experiências que favorecem à utilização intensiva da força de trabalho potencial.

Art. 5º Compete ao Ministério do Trabalho definir as prioridades das áreas a serem gradativamente abrangidas pelo SINE, estabelecer os programas necessários à sua implantação e as normas administrativas e técnicas para seu funcionamento.

Art. 6º Para a organização, implantação e manutenção do SINE, o Ministério do Trabalho poderá dispor de recursos ordinários e vinculados, programados em seu orçamento anual, além de recursos de outras fontes.

Art. 7º O Ministério do Trabalho dará apoio técnico, financeiro e administrativo à implantação e funcionamento do SINE, inclusive através de auxílios e subvenções.

Art. 8º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo G. DECRETO Nº. 34.322, DE 12 DE MAIO DE 1992. Estatuto da Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social. Disponível no endereço eletrônico:http://www.fgtas.rs.gov.br/portal/index.php?menu=biblioteca_viz&cod_biblioteca=15

Aprova o Estatuto da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de atribuição que lhe confere o art. 82, inciso V, da Constituição do Estado e nos termos da LEI Nº 9.434, de 27 de novembro de 1991, regulamentada pelo DECRETO Nº 34.155, de 30 de dezembro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Estatuto da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, que é publicado em anexo a este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 12 de maio de 1992.

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
CAPÍTULO I

Da Natureza e Competência

Art. 1º - A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, instituída pelo Estado do Rio Grande do Sul nos termos da LEI Nº 9.434, de 27.11.1991, regulamentada pelo DECRETO Nº 34.155, de 30.12.1991, caracteriza-se como entidade de personalidade jurídica de direito privado com autonomia administrativa, financeira e quanto à gestão de seus bens, e será regida por este Estatuto.

Art. 2º - A Fundação terá sua sede e foro na cidade de Porto Alegre, com abrangência de atuação em todo o território estadual, e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

Parágrafo único - A Fundação será vinculada à Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania.

Art. 3º - A Fundação terá a finalidade de implementar e desenvolver, no âmbito do Estado, as políticas de relações de trabalho e de promoção e assistência social.

Art. 4º - Compete à Fundação:

I - planejar ações e executar projetos de assistência e promoção social, objetivando prevenir a marginalização de segmentos populacionais ou incorporar, no processo de desenvolvimento econômico-social, as populações marginalizadas;

II - assessorar técnica e/ou financeiramente entidades e grupos sócio-assistenciais, comunitários ou sindicais e Prefeituras Municipais, visando a ampliação dos níveis de renda, a criação de novas ocupações, o estímulo às formas associativas de produção ou prestação de serviços, a melhoria das condições de vida do trabalhador urbano e rural e o reforço da organização comunitária;

III - apoiar e estimular a iniciativa de entidades sindicais, no sentido da capacitação para a negociação e o aprimoramento das relações de trabalho;

IV - apoiar as organizações dos trabalhadores nas áreas de formação e administração sindical, saúde e segurança do trabalhador, bem como produzir e divulgar informações relativas à questão do trabalho;

V - articular e celebrar convênios e outros ajustes, visando a cooperação técnica e/ou financeira com órgãos públicos e privados, para a promoção de melhorias sociais nas comunidades carentes do Estado;

VI - realizar estudos sistematizados da realidade social para subsidiar a elaboração da política social do Poder Público através da manutenção de um

Banco de Dados, bem como prestar informações aos segmentos interessados;

VII - apoiar e administrar o sistema público de emprego, que envolve atividades permanentes de informações sobre mercado de trabalho e intermediação de mão-de-obra;

VIII - estimular o desenvolvimento do artesanato mediante o apoio à organização dos artesões, o aprimoramento das técnicas de produção, a comercialização, bem como o resgate cultural de atividade artesanal;

IX - promover ações de formação profissional, para os mercados formal e informal de trabalho;

X - estender e diversificar programas voltados ao idoso, num processo de integração de gerações;

XI - administrar os Centros Sociais Urbanos do Estado;

XII - articular-se com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, visando a execução de seus programas;

XIII - executar outras atividades compatíveis com suas finalidades.

Parágrafo único - A Fundação poderá, para a consecução de seus objetivos, realizar a contratação de serviços de terceiros inclusive com fito de renda para amortizar as despesas administrativas e de serviços prestados.

CAPÍTULO II

Do Patrimônio e dos Recursos Financeiros

SEÇÃO I

Do Patrimônio

Art. 5º - Constituirão o patrimônio da Fundação:

a) os bens móveis e imóveis, veículos, aparelhos, máquinas, equipamentos e material técnico que pertenciam ao patrimônio da Fundação Gaúcha do Trabalho e Fundação Sul-Riograndense de Assistência "Senador Tarso Dutra";

b) os bens móveis e imóveis, assim como os direitos a ela transferidos, em caráter definitivo, a qualquer título, por quaisquer pessoas ou organismos, nacionais e internacionais.

§ 1º - Os bens e direitos da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social deverão ser utilizados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos sendo, porém, permitida a sub-rogação de uns e de outros para obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

§ 2º - Poderão ser alienados os bens móveis ou imóveis desnecessários, inservíveis ou em desuso, para sua própria substituição, no caso de imóveis, ou para constituição de receita eventual, nos demais casos, observada a legislação pertinente.

SEÇÃO II

Dos Recursos Financeiros

Art. 6º - Os recursos financeiros da Fundação compreenderão:

a) no primeiro exercício, as dotações específicas consignadas no Orçamento Geral do Estado para as Fundações Gaúchas do Trabalho e Sul-Riograndense de Assistência "Senador Tarso Dutra";

b) as dotações específicas para a Fundação, consignadas no Orçamento Geral do Estado;

c) as contribuições, subvenções, auxílios e qualquer recurso da União, do Estado e dos Municípios, bem como de suas respectivas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista;

d) as rendas decorrentes da exploração de seus bens, da prestação de serviços e das medidas previstas no parágrafo 2º do artigo 5º, deste Estatuto;

e) as contribuições, auxílios ou subvenções a ela destinadas por quaisquer pessoas ou organismos nacionais ou internacionais;

f) os recursos decorrentes da comercialização de produtos artesanais;

g) quaisquer outros recursos que lhe forem destinados.

§ 1º - A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social poderá, mediante autorização do Governador do Estado e com a interveniência do Secretário de Estado da Justiça, do Trabalho e da Cidadania, contrair empréstimo no País e no exterior para o financiamento de suas atividades, obedecida a legislação em vigor.

§ 2º - A receita da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social deverá ser aplicada integralmente na manutenção e no desenvolvimento de suas finalidades, obedecidas as normas e procedimentos constantes da legislação pertinente.

CAPÍTULO III

Da Organização e Administração

SEÇÃO I

Da Estrutura

Art. 7º - A Fundação terá a seguinte estrutura básica:

I - Diretoria;

II - Conselho Deliberativo;

III - Conselho Curador;

IV - Órgãos Executivo.

Art. 8º - A organização e o funcionamento da Fundação e de seus órgãos, bem como as respectivas atribuições e competências, serão estabelecidas em seu Regimento Interno, a ser expedido na forma do artigo 14, da LEI Nº 9.434, de 27.11.92.

SEÇÃO II

Da Diretoria

Art. 9º - A Diretoria será composta por um Diretor-Presidente, um Diretor Técnico e um Diretor Administrativo.

Parágrafo único - Além das demais vantagens pecuniárias inerentes ao cargo, a Diretoria da Fundação fará jus à percepção do 13º salário, nos termos da lei que instituiu esse benefício aos servidores do Estado. (incluído

p/D. 34.574/92).

Art. 10 - O Diretor-Presidente será indicado pelo Secretário de Estado da Justiça, do Trabalho e da Cidadania, e nomeado pelo Governador do Estado, que igualmente nomeará os Diretores Técnico e Administrativo, que serão indicados conjuntamente pelo Diretor-Presidente e Titular da Pasta da Justiça, do Trabalho e da Cidadania.

Art. 11 - Compete à Diretoria:

I - responder pela administração da Fundação e pela consecução de suas finalidades;

II - administrar os recursos financeiros da Fundação, zelar pelo seu patrimônio e ter sob sua guarda os seus bens;

III - submeter à aprovação do Conselho Deliberativo a criação, alteração ou extinção de órgãos, serviços, cargos ou funções da Fundação;

IV - submeter à aprovação do Conselho Deliberativo o Regimento Interno da Fundação;

V - aprovar os regulamentos gerais de âmbito interno da Fundação;

VI - autorizar a celebração de convênios e outros ajustes;

VII - submeter ao Conselho Fiscal, para apreciação, o balanço anual, as prestações de contas e o relatório circunstanciado das atividades do exercício anterior;

VIII - submeter à aprovação do Conselho Deliberativo:

a) até o dia 30 de junho de cada ano, o Plano Anual de Trabalho e a previsão da receita e da despesa, ambos para o exercício seguinte;

b) as prestações de contas;

c) as doações de bens patrimoniais;

d) previamente, as aquisições e alienações de imóveis;

e) até 31 de março de cada ano, o balanço anual, as contas do exercício findo e o relatório circunstanciado do exercício anterior com o parecer do Conselho Fiscal.

IX - examinar e decidir sobre assuntos relevantes ou de interesse geral da Fundação;

X - aprovar programas e projetos, estabelecer metas e prioridades, fixar princípios e objetivos dentro da política de atuação da Fundação.

Art. 12 - Compete ao Diretor-Presidente:

- I - representar a Fundação, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II - prover as funções de chefia e demais funções de confiança;
- III - delegar atribuições e constituir mandatários;
- IV - praticar todos os atos inerentes ao cargo;
- V - superintender todas as atividades da Fundação;
- VI - cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias, regimentais e regulamentares, assim como as decisões do Conselho Deliberativo;
- VII - convocar, extraordinariamente, a Diretoria, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal;
- VIII - presidir as reuniões de Diretoria;
- IX - assinar os convênios e outros ajustes previstos pelo artigo 11, VI, deste Estatuto;
- X - encaminhar ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal os assuntos de suas respectivas competências;
- XI - autorizar as despesas e os pagamentos em geral, bem como assinar cheques e outros títulos de créditos juntamente com o Diretor Administrativo e/ou Diretor Técnico;
- XII - autorizar a execução de projetos, programas e planos;
- XIII - expedir Resoluções, Portarias e Ordens de Serviço, bem como proferir despachos de caráter decisório.

Art. 13 - Compete ao Diretor Técnico:

- I - administrar, dirigir, coordenar e superintender a área técnica da Fundação;
- II - definir as linhas técnicas de atendimento à clientela da Fundação;
- III - fixar normas e princípios técnicos de atendimento;
- IV - propor à Diretoria o Plano Anual de Trabalho da respectiva área e responsabilizar-se pela sua execução;
- V - submeter à Diretoria projetos e programas e encarregar-se de sua

execução e acompanhamento;

VI - oportunizar a especialização de pessoal técnico da Fundação;

VII - colaborar na elaboração e/ou co-participar na coordenação, execução e fiscalização de projetos e programas dos governos federal, estadual e municipais;

VIII - executar outras tarefas inerentes ao cargo, ou que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Presidente.

Art. 14 - Compete ao Diretor Administrativo:

I - administrar, dirigir, coordenar e superintender a área administrativa e financeira da Fundação;

II - elaborar, em consonância com a Diretoria Executiva, a programação orçamentária da Fundação, bem como proceder o acompanhamento, o controle e a avaliação de sua execução;

III - organizar e manter atualizados os balancetes de toda a movimentação financeira da Fundação, assim como o balanço anual;

IV - propor e executar a política financeira no que tange à receita e à despesa da Fundação;

V - manter cadastro dos bens móveis e imóveis da Fundação;

VI - proceder a aquisição e o fornecimento do material permanente e de consumo necessários aos serviços da Fundação, bem como executar o controle quantitativo e de custo;

VII - acompanhar a tramitação dos atos, documentos e demais expedientes de interesse da Fundação junto aos órgãos da administração pública;

VIII - encarregar-se da execução das atividades de vigilância e conservação da área física da Fundação.

SEÇÃO III

Do Conselho Deliberativo

Art. 15 - O Conselho Deliberativo será presidido pelo Diretor-Presidente da Fundação e, no seu impedimento, por substituto devidamente designado.

Art. 16 - O Conselho Deliberativo será composto por membros titulares e suplentes, como segue:

- a) Presidente da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social;
- b) dois representantes nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação de entidades assistenciais e sindicais que atuam em área análoga à da Fundação;
- c) um representante da Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania;
- d) um representante dos servidores da Fundação, que será escolhido pelo Presidente dentre os nomes constantes da lista tríplice, em assembléia geral dos servidores.

§ 1º - Os membros do Conselho Deliberativo terão mandato de quatro anos, permitida a recondução por igual período.

§ 2º - Cabe ao Secretário de Estado da Justiça, do Trabalho e da Cidadania, a nomeação dos membros integrantes do Conselho Deliberativo, excetuados aqueles de que trata a alínea "b" deste artigo.

Art. 17 - Compete ao Conselho Deliberativo:

- I - aprovar o Plano Anual de Trabalho e a previsão da receita e da despesa para o exercício seguinte;
- II - responder às consultas formuladas pela Diretoria;
- III - aprovar os atos da Diretoria referidos no artigo 11, inciso VIII, deste Estatuto;
- IV - reunir-se extraordinariamente quando convocado pelo Diretor-Presidente;
- V - conferir ao Diretor-Presidente, no interesse dos objetivos da Fundação, outras atribuições não especificadas neste Estatuto, desde que não colidam com as normas gerais nele contidas;
- VI - aprovar o Regimento Interno da Fundação;
- VII - aprovar a criação, alteração ou extinção de órgãos, serviços, cargos ou funções da Fundação, por proposição da Diretoria;
- VIII - aprova anualmente o relatório circunstanciado das atividades da Fundação, submetido pela Diretoria;
- IX - aprovar alterações do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Fundação, propostas pela Diretoria;

X - autorizar previamente a aquisição, alienação ou sub-rogação de bens imóveis e direitos, nas hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º, do art. 5º, deste Estatuto;

XI - aprovar convênios, contratos ou acordos que forem celebrados pela Instituição, para obtenção de empréstimos para financiamento das atividades da Fundação;

XII - aprovar as diretrizes gerais para a elaboração do Plano Anual de Trabalho bem como normas e critérios gerais para a execução de planos, programas e projetos a cargo da Fundação ou cuja prestação seja ajustada através de acordos e contratos.

Parágrafo único - As resoluções a que se referem os incisos I, II e V dependem de aprovação da maioria dos membros presentes.

Art. 18 - O Conselho Deliberativo reunir-se-á a cada três meses, ordinariamente, e extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou quando convocado por dois terços (2/3) de seus membros.

§ 1º - O Conselho Deliberativo poderá reunir-se extraordinariamente, por iniciativa de um terço de seus membros, mediante ofício protocolizado com antecedência mínima de dez dias.

§ 2º - O Conselho Deliberativo funcionará com a presença da maioria de seus membros e deliberará:

- a) por maioria absoluta, no caso de reforma dos Estatutos;
- b) por maioria de votos dos Conselheiros presentes, nos demais casos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

SEÇÃO IV

Do Conselho Curador

Art. 19 - O Conselho Curador, com mandato de dois anos, será composto por três membros titulares e respectivos suplentes, de livre escolha do Governador do Estado, a quem caberá a indicação do Presidente.

Parágrafo único - O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou

pelo Diretor-Presidente da Fundação.

Art. 20 - Compete ao Conselho Curador:

- I - opinar sobre a aquisição e alienação de bens imóveis;
- II - apreciar os balanços anuais e as prestações de contas apresentadas pela Presidência, emitindo parecer a respeito;
- III - acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária e a aplicação das despesas extraordinárias autorizadas pelo Conselho Deliberativo;
- IV - examinar documentos, livros e papéis que digam respeito à administração financeira da Fundação, bem como verificar a situação do Caixa e quaisquer valores em depósito;
- V - atender a consultas sobre matéria de sua competência, formalizadas pelo Presidente e pelo Conselho Deliberativo.

Parágrafo único - O Conselho Curador poderá recorrer, em caso de necessidade, a pessoas físicas ou jurídicas de reconhecida capacidade técnica e idoneidade, para assessorá-lo no desempenho das atribuições fiscalizadoras a seu encargo.

CAPÍTULO IV

Do Regime Financeiro e da Fiscalização

Art. 21 - O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.

Art. 22 - A prestação de contas anual da Fundação será encaminhada ao Conselho Fiscal até o dia 15 de março de cada ano e constará, no mínimo, dos seguintes elementos:

- a) balanço patrimonial;
- b) balanço financeiro;
- c) demonstrativo de dívidas e compromissos a pagar;
- d) quadros comparativos entre a receita prevista e a receita realizada, bem como entre a despesa prevista e a realizada;
- e) quadros comparativos de metas e receitas previstas e realizadas referentes aos contratos de gestão em que a Fundação for executora.

Art. 23 - A prestação de contas da Fundação, com parecer do Conselho Curador e aprovação do Conselho Deliberativo, deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e encaminhada aos Órgãos de Controle Interno do Poder Executivo Estadual e ao Tribunal de Contas do Estado para apreciação.

CAPÍTULO V

Do Regime de Pessoal

Art. 24 - A Fundação terá Quadro de Pessoal próprio, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, além do Quadro de Funções de Gratificação e Cargos em Comissão.

§ 1º - Poderão ter exercício na Fundação servidores da Administração Pública Direta ou Indireta do Estado, da União e dos Municípios, postos à sua disposição, nos termos da legislação vigente.

§ 2º - A Fundação poderá colocar servidores à disposição da administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, por autorização do Diretor-Presidente, observada a legislação que rege a matéria.

§ 3º - No prazo de noventa dias, a contar da aprovação deste Estatuto, será implantado o Plano de Classificação de Cargos e Salários da Fundação.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 25 - Os empregados das Fundações extintas pelo Decreto nº 34.154, de 30.12.91, passarão a integrar o Quadro de Pessoal da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, sendo-lhes assegurados todos os direitos e vantagens já adquiridos, previstos na Consolidação das Leis do Trabalho e no respectivo Plano de Classificação de Cargos vigente à época.

Parágrafo único - Os empregados da Fundação que venham a assumir cargo de direção e que optarem pela percepção das vantagens funcionais, terão direito à gratificação natalina.

Art. 26 - O presente Estatuto poderá ser alterado no todo ou em parte.

§ 1º - A alteração a que se refere o "caput" deste artigo deverá ser feita por proposta da Diretoria ou, no mínimo, por dois membros do Conselho Deliberativo.

§ 2º - Aceita a alteração pela maioria absoluta dos membros do Conselho Deliberativo, será a mesma submetida à aprovação do Governador do Estado.

Art. 27 - Os membros dos órgãos de administração da Fundação não serão pessoalmente responsabilizados pelas obrigações contraídas pela instituição em virtude de ato regular de gestão, mas responderão, civil e penalmente, pelos prejuízos que causarem por violação à Lei ou a este Estatuto.

Art. 28 - Para compras, obras e serviços contratados, a Fundação deverá observar, obrigatoriamente, os princípios de licitação estabelecidos na legislação federal e estadual.

Art. 29 - A Fundação sujeitar-se-á também ao controle da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado e do Tribunal de Contas, de conformidade com o DECRETO Nº 23.974, de 8.8.75.

Art. 30 - O Presidente da Fundação editará os Regimentos Internos dos Conselhos Deliberativo e Curador, após aprovação do Secretário de Estado da Justiça, do Trabalho e da Cidadania.

Art. 31 - Em caso de extinção, todos os bens da Fundação reverterão ao patrimônio do Estado, devendo ser observadas e seguidas as destinações a que se dispunham enquanto integrantes da instituição.